

CONSELHO DIRETOR



Ata da 1.022^a

Sessão de 22/05/2023

1 1.022^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e dois dias do mês de
2 maio de dois mil e vinte e três, às treze horas, reúne-se o Conselho Universitário,
3 em sessão extraordinária, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da
4 Reitoria, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a Presidência
5 do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior, e com o
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Maria Arminda do
7 Nascimento Arruda, Arlindo Saran Netto, Adenilso da Silva Simão, Adrian Pablo
8 Fanjul, Alan Mitchell Durham, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Ana
9 Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Loffredo, Ana Paula Torres Megiani, Ana Paula
10 Ulian de Araújo, Bárbara Della Torre, Brasilina Passarelli, Caetanos Juliani,
11 Carlos Alberto Montanari, Carlos Eduardo Ambrósio, Carlos Ferreira dos Santos,
12 Carlos Pelleschi Taborda, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto, Celso
13 Fernandes Campilongo, Cristina Maria Galvão, Daniel de Angelis Cordeiro,
14 Danielly Milena Oliveira dos Santos, Edgard Bruno Cornacchione Junior,
15 Eduardo Henrique Soares Monteiro, Elisabete Frollini, Ernani Pinto Junior,
16 Eugenio Fernandes Queiroga, Fabiana de Sant'anna Evangelista, Fábio Augusto
17 Reis Gomes, Fábio Herbst Florenzano, Fernando Martini Catalano, Gabriel
18 Brandão Galhase, Gabriel Henrique Borges, Giulia Araujo Castro, Giulio Gavini,
19 Guilherme Teixeira Wisnik, Gustavo Ferraz de Campos Monaco, Hugo Tourinho
20 Filho, Humberto Gomes Ferraz, Ianni Regia Scarcelli, Isis Paiva Trajano, Jairo
21 Kenupp Bastos, João Luiz Passador, José Antonio Visintin, José Leopoldo
22 Ferreira Antunes, José Rubens Pirani, José Soares Ferreira Neto, Joubert José
23 Lancha, Kalinka Regina Lucas Jaquie Castelo Branco, Letícia Veras Costa
24 Lotufo, Luís Gustavo Marcassa, Luiz Gonzaga Godói Trigo, Marcelo Duarte da
25 Silva, Marcelo Knörich Zuffo, Marcelo Mulato, Marcílio Alves, Márcio Henrique
26 Pereira Ponzilacqua, Marcos Egydio da Silva, Marcos Garcia Neira, Maria
27 Dolores Montoya Diaz, Marília Afonso Rabelo Buzalaf, Marli Quadros Leite,
28 Maurício da Silva Baptista, Miguel Parente Dias, Moacir de Miranda Oliveira
29 Junior, Mônica Apezato Pinazza, Murilo Araujo Romero, Niels Olsen Saraiva
30 Câmara, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Paulo Alberto
31 Nussenzveig, Paulo Frazão São Pedro, Paulo Manuel Pego Fernandes, Paulo
32 Nelson Filho, Paulo Yukio Gomes Sumida, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari,
33 Pedro Fredemir Palha, Pedro Vitoriano de Oliveira, Rafael Pombo Menezes,
34 Regina Szylit, Reinaldo Giudici, Reinaldo Santos de Souza, Rhennan Mecca

35 Bontempi, Ricardo Ivan Ferreira da Trindade, Ricarto Pinto da Rocha, Rodney
36 Garcia Rocha, Rodrigo Bissacot Proença, Rodrigo do Tocantins Calado de
37 Saloma Rodrigues, Ronaldo Fumio Hashimoto, Ronaldo Severo Ramos, Rosa
38 Baptista Faustino Miranda, Rosângela Itri, Rui Alberto Ferriani, Samuel Ribeiro
39 Filipini, Sérgio Akira Uyemura, Tales Almeida Mançano Fernandes, Thaís Maria
40 Ferreira de Souza Vieira, Thiago Libório Romanelli, Thomas Prates Ong, Tiana
41 Kohlsdorf, Túlio Ferreira Leite da Silva, e Umberto César Corrêa. Presente,
42 também, a Prof.^a Dr.^a Marina Helena Cury Gallottini, Secretária Geral.
43 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
44 respectivos suplentes, os Conselheiros: Aluisio Augusto Cotrim Segurado, Ana
45 Paula Souza Alves, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Beatriz
46 Mugayar Kühl, Carlos Alberto Labate, Carlos Alberto Montanari, Eloísa Silva
47 Dutra de Oliveira Bonfá, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Hamilton
48 Brandão Varela de Albuquerque, João Sette Whitaker Ferreira, Osvaldo Novais
49 de Oliveira Junior, Patrícia Gama, Patrícia Maria Berardo Gonçalves Maia
50 Campos, Paulo Martins, Ricardo Ricci Uvinha, Rômulo Machado, Sérgio Muniz
51 Oliva Filho, Sônia Regina Pasian, e Tirso de Salles Meirelles. Justificaram, ainda,
52 suas ausências os Conselheiros: Alexander Turra, Alexandre Moreira, Antenor
53 Cerello Junior, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Felipe Augusto de Souza Primo,
54 Gabriela Beraldo Rodriguez, Geovana Carmelina dos Santos Zandona, Gregório
55 Batista Pereira, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Kai Enno Lehmann, Karin
56 Maria Soares Chvatal, Léa Assed Bezerra da Silva, Manfredo Harri Tabacniks,
57 Maria Nilda de Carvalho Mota, Milena Polizelli Leite de Souza, Roger Chammas,
58 Sílvio Silvério da Silva, e Vera Lúcia Conceição de Gouveia Santos. Havendo
59 número legal de Conselheiros, o **M. Reitor** declara aberta a Sessão do Conselho
60 Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** “Boa tarde a todos e
61 todas. É um prazer tê-los aqui para mais uma reunião extraordinária do Conselho
62 Universitário da Universidade de São Paulo, a reunião 1.022 deste Conselho.”
63 **Item I – EXPEDIENTE.** O **M. Reitor** passa ao item 1 do Expediente, com a
64 discussão e votação da Ata da 1.019ª Sessão do Conselho Universitário,
65 realizada em 07.03.2023, perguntando se alguém quer fazer algum comentário,
66 algum reparo, alguma correção? Informando que ela foi distribuída aos senhores
67 conselheiros com antecedência.” Nesta oportunidade, a Cons.^a Elisabete Frollini
68 entrega à mesa correções de ordem formal a serem efetuadas na ata da 1.019ª

69 Sessão do Conselho Universitário, realizada em 07.03.2023, e o **M. Reitor**
70 coloca o tópico em votação. **M. Reitor**: “Os favoráveis permaneçam como estão.
71 Abstenções, se identifiquem. Votos contrários, se identifiquem”. Não havendo
72 manifestações contrárias a ata é aprovada. A seguir, a Representação Discente
73 solicita o ingresso na reunião do Conselho Universitário de uma comissão do
74 Movimento Negro ao que o **M. Reitor** informa não ser possível. Ato contínuo, o
75 **M. Reitor** passa ao item 2 do Expediente, discussão e votação da Ata da 1.020ª
76 Sessão do Conselho Universitário, realizada em 23.03.2023. Com uma
77 abstenção a ata é aprovada. A seguir, o M. Reitor solicita à Senhora Secretária
78 Geral que faça a apresentação dos novos membros do Conselho Universitário.
79 **Secretária Geral**: “Representante da Congregação: Prof. Dr. João Luiz
80 Passador, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de
81 Ribeirão Preto.” Nesta oportunidade, o M. Reitor informa que não fará
82 comunicações e relembra que em reuniões extraordinárias não necessariamente
83 há palavra aos Conselheiros. Ato seguinte, a Senhora Vice-reitora dá as boas-
84 vindas às Conselheiras e Conselheiros do Conselho Universitário e o M. Reitor
85 passa ao **Item II - ORDEM DO DIA 1 - MINUTA DE RESOLUÇÃO. 1.1 -**
86 **PROCESSO 2023.1.3868.1.4 - PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E**
87 **PERTENCIMENTO**. Minuta de Resolução que inclui e altera dispositivos ao
88 Regimento Geral da USP para adoção de política afirmativa para pretos, pardos
89 e indígenas em concursos públicos para provimento de cargos de docentes na
90 Universidade de São Paulo e minuta de Resolução que regulamenta o artigo
91 126-A do Regimento Geral e baixa parâmetros para a efetivação de política
92 afirmativa para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos para
93 provimento de cargos de docentes e para processos seletivos de admissão de
94 servidores técnicos e administrativos na Universidade de São Paulo. A Pró-
95 Reitora de Inclusão e Pertencimento, Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Duarte Lanna,
96 encaminha a proposta, fruto do debate sobre o tema ‘Adoção de política
97 afirmativa para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos para
98 provimento de cargos e empregos públicos na Universidade de São Paulo’
99 (12.04.23). Parecer PG. P. n° 10059/2023: relembra que a Defensoria Pública
100 havia ajuizado ação civil pública com o escopo de obter ordem judicial que
101 ordenasse a USP a retificar os editais para concursos de Procurador, Analista
102 Administrativo e Médico Veterinário, para o fim de neles incluir pontuação

103 diferenciada para candidatos pretos, pardos ou indígenas em conformidade com
104 as exigências da Lei Complementar Estadual nº 1.259/2015 e do Decreto nº
105 63.979/2018, que a regulamenta. Em face do referido pedido, o juiz da 13ª Vara
106 da Fazenda Pública da Comarca da Capital determinou liminarmente a
107 paralisação dos referidos certames, até julgamento definitivo da questão.
108 Esclarece que “nesse sentido, é bem sabido que as universidades são dotadas
109 de autonomia no plano didático-científico, administrativo e de gestão financeira
110 e patrimonial. Trata-se de uma cláusula alçada ao nível constitucional pela
111 Constituição Federal de 1988, em seu art. 207, passando a orientar a ação
112 normativa e executiva de todo o Estado. Essa regra, se por um lado amplia os
113 campos em que as próprias universidades promoverão sua autorregulação, por
114 outro lado limita as ações legislativas e regulamentares dos demais entes que
115 com elas se relacionam, os quais não poderão ultrapassar as fronteiras da
116 autonomia constitucionalmente definida. (...) Compete à USP, portanto, deliberar
117 por qual maneira e por meio de qual política deseja concretizar os princípios de
118 igualdade e isonomia, estabelecendo os contornos de suas próprias ações
119 afirmativas (no caso sob o prisma da igualdade racial), em exercício de sua
120 autonomia constitucionalmente assegurada.” Cita, ainda, o arcabouço normativo
121 referente à aderência aos princípios constitucionais voltados à construção de
122 políticas afirmativas. Encaminha detalhadamente a proposta concreta para a
123 Universidade de São Paulo. Feitas as colocações, tratando-se de proposta
124 aderente às normas e jurisprudência existentes na temática da inclusão sob o
125 critério racial, informa que a PG prestou assessoramento ao M. Reitor na
126 construção de minutas de Resolução que possam tramitar pela CAA, CLR e
127 Conselho Universitário, para os debates de mérito de competência desses
128 colegiados. Encarta aos autos: (a) minuta de Resolução que promove alteração
129 ao Regimento Geral (onde se encontra descrito o procedimento dos concursos
130 para docentes e no qual, portanto, se vislumbrou necessidade de ajuste); e (b)
131 minuta de Resolução que detalha a política afirmativa propriamente dita
132 (03.05.23). Despacho do M. Reitor, encaminhando os autos à apreciação da
133 CAA, CLR e Co. Em linhas gerais, esclarece que a política proposta se utiliza da
134 legislação federal (Lei nº 12.990/2014) para prever reserva de vagas nos
135 concursos com três ou mais vagas em disputa, e de normativa estadual (Decreto
136 Estadual nº 63.979/2018) para prever mecanismo de pontuação diferenciada

137 para pretos, pardos e indígenas nos certames com uma ou duas vagas em
138 disputa. Além de propor regras para estimular a composição de bancas com
139 diversidade racial e de acompanhamento permanente e revisão em três anos
140 sobre as ações adotadas, a fim de verificar a efetividade da política quanto ao
141 fim almejado da inclusão (03.05.23). Parecer da CAA: aprova a minuta de
142 Resolução que inclui e altera dispositivos ao Regimento Geral da USP para
143 adoção de política afirmativa para pretos, pardos e indígenas em concursos
144 públicos para provimento de cargos de docentes na Universidade de São Paulo.
145 Aprova, também a minuta de Resolução que regulamenta o artigo 126-A do
146 Regimento Geral e baixa parâmetros para a efetivação de política afirmativa para
147 pretos, pardos e indígenas em concursos públicos para provimento de cargos de
148 docentes e para processos seletivos de admissão de servidores técnicos e
149 administrativos na Universidade de São Paulo, propondo as seguintes alterações
150 no texto: “1) (Artigo 5º, § 3º) Sugere a seguinte redação “§3º - No caso do
151 parágrafo anterior, fica facultado à Congregação, Conselho Deliberativo ou
152 órgão equivalente deliberar ou não pela reunião de vagas em concurso único,
153 atraindo a aplicação da reserva de vagas. 2) (Artigo 6º, §§ 5º e 6º) A CAA sugere
154 que esta diretriz seja aplicada somente aos processos seletivos de admissão de
155 servidores técnicos e administrativos, visto que, nos processos de admissão
156 para a carreira docente, não há segunda chamada. 3) (Artigo 7º, § 2º) Na
157 aplicação da nota final sugere que, ao aplicar a fórmula, seja considerado o limite
158 de 10,0 para a nota, devendo ser aplicadas as regras vigentes na USP para o
159 desempate (08.05.23). Parecer da CLR: aprova o parecer do relator, favorável à
160 minuta de Resolução que inclui e altera dispositivos do Regimento Geral da USP
161 para adoção de política afirmativa para pretos, pardos e indígenas em concursos
162 públicos para provimento de cargos de docentes na Universidade de São Paulo
163 e à minuta de Resolução que regulamenta o artigo 126-A do Regimento Geral e
164 baixa parâmetros para a efetivação de política afirmativa para pretos, pardos e
165 indígenas em concursos públicos para provimento de cargos de docentes e para
166 processos seletivos de admissão de servidores técnicos e administrativos na
167 Universidade de São Paulo. Na oportunidade, sugere alteração do § 5º do artigo
168 6º da minuta que regulamenta o artigo 126-A do Regimento Geral, com a
169 seguinte redação: “Em caso de desistência de candidato preto, pardo ou
170 indígena aprovado em vaga reservada nos processos seletivos de admissão de

171 servidores técnicos e administrativos, a vaga será preenchida pelo candidato
172 preto, pardo ou indígena posteriormente classificado.” (10.05.23). Despacho do
173 M. Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior, solicitando alteração na minuta
174 de Resolução que regulamenta o artigo 126-A do Regimento Geral, excluindo o
175 § 3º do artigo 5º (16.05.23). Aprovação, "ad referendum", dos Presidentes da
176 CAA e CLR, da alteração proposta (16.05.23). Minuta de Resolução que
177 regulamenta o artigo 126-A do Regimento Geral consolidada. Ato seguinte, o M.
178 Reitor solicita que o Presidente da Comissão de Legislação e Recursos se
179 manifeste. **Cons. Celso Fernandes Campilongo**: “Acho que este é um
180 momento histórico para Universidade. A discussão a respeito das cotas tem uma
181 dimensão de extraordinária relevância para a Universidade como um todo, e não
182 só para a Universidade, é algo relevante para o país e para a dinâmica da vida
183 nacional. Nos últimos dias, tive a oportunidade de fazer uma visita ao Centro de
184 Estudos sobre o Desenvolvimento do Ensino Médico na Faculdade de Medicina.
185 É claro, a política de cotas engloba toda a Universidade, alunos, servidores,
186 concursos para professores e isso acaba tendo repercussões, reflexos em
187 coisas que a gente, especialmente estando lá na Faculdade de Direito, nem
188 poderia imaginar. Na visita que fizemos, foi uma delegação de vários Professores
189 que foram à Faculdade de Medicina, estávamos em doze Professores da
190 Faculdade de Direito, e eles nos mostraram algumas salas, dentre elas, uma
191 sala onde havia um computador simulando um bebê, um equipamento muito
192 provavelmente utilizado nos cursos de pediatria. Tratava-se da representação de
193 um bebê branco. Depois, na sala ao lado, havia peças de plástico que eles usam
194 para simular também partes do corpo humano. Havia um pé, um braço, um dedo,
195 coisas que, para quem estuda direito, até assusta um pouco, mesmo sendo de
196 plástico. Todas elas partes do corpo humano, de plástico, de pessoas brancas.
197 Nesse ponto, o Professor Milton que coordenava a visita ali pela Faculdade de
198 Medicina, fez a observação para turma lá da Faculdade: 'Vocês podem ter
199 estranhado, bebê e as peças de plástico, tudo branco'. Hoje, nós temos, na
200 Universidade, metade do alunado proveniente de cotas, e eu queria já dizer para
201 vocês que providenciamos também um bebê negro para as experiências de
202 pediatria, e as partes do corpo humano de plástico também de pessoas negras.
203 Isto tem uma penetração na Universidade como um todo, e essas coisas também
204 não acontecem de uma hora para outra, imediatamente. Não, são coisas que

205 envolvem um processo lento, gradual, que poderia e deveria ser mais rápido do
206 que tem sido na sociedade brasileira e na Universidade de São Paulo. Claro que
207 muitas outras coisas poderiam ser feitas, mas acho que essa iniciativa da
208 Universidade de propor uma Resolução que trate deste tema é um passo
209 importantíssimo, um passo largo dado na direção da consolidação de uma
210 política de cotas na nossa Universidade. Esta minuta de Resolução altera
211 dispositivos do Regimento Geral da USP para adoção da política afirmativa de
212 pretos, pardos e indígenas em concursos públicos para provimento de cargos
213 docentes na Universidade de São Paulo. E a minuta de Resolução que
214 regulamenta o artigo 126-A do Regimento Geral e baixa parâmetros para
215 efetivação da política afirmativa para pretos, pardos e indígenas em concursos
216 públicos para o provimento de cargos de docentes. No processo há manifestação
217 favorável da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento encaminhando esta
218 proposta para a adoção de uma política afirmativa de pretos, pardos e indígenas.
219 Há, também, um parecer da Procuradoria Geral da USP favorável à minuta de
220 Resolução. Paralelamente a isso, há um parecer da CAA, igualmente aprovando
221 a minuta de Resolução, que inclui e altera os dispositivos do Regimento Geral
222 da USP e, finalmente, o parecer da CLR, que foi da lavra do Professor Pedro
223 Dallari, aprovado por unanimidade, é favorável à minuta de resolução que inclui,
224 altera estes dispositivos do Regimento da USP. Posteriormente à aprovação do
225 parecer do Professor Pedro Dallari, houve um pedido, um despacho do Magnífico
226 Reitor, solicitando alteração da minuta em relação a um ponto específico e me
227 foi pedido um despacho *ad referendum*, eu fiz o despacho, consultei o relator,
228 Professor Pedro Dallari, que me respondeu que estava plenamente de acordo
229 com a sugestão, não vinha nenhum óbice em se incorporar àquela sugestão.
230 Mas o que interessa aqui mais especificamente é que o parecer do Professor
231 Pedro foi aprovado por unanimidade na CLR, a mudança é uma mudança
232 mínima, que o Professor Pedro também aprovou e eu, *ad referendum* da CLR,
233 aprovei. É este o relatório, Magnífico Reitor.” **M. Reitor:** “Como a minuta teve
234 origem na Reitoria, vou fazer alguns comentários acrescentando aquilo que o
235 Professor Campilongo expôs.” A seguir, o **M. Reitor** inicia uma apresentação. **M.**
236 **Reitor:** “Primeiro é em relação ao que o Professor comentou, acho que é uma
237 decisão da sociedade, é uma decisão da Universidade de que nós tenhamos
238 maior inclusão e diversidade dentro da Universidade de São Paulo. Isso é um

239 processo que vem iniciando há tempos e agora chegou o momento de
240 decidirmos mecanismos afirmativos para a composição dos servidores técnico-
241 administrativos e para os servidores docentes. Pedi no último Co autorização
242 para que a Reitoria pensasse em alguma maneira que isso pudesse ser feito, e
243 hoje nós estamos trazendo o que é fruto dessa iniciativa. Sabemos que a
244 Universidade, apesar de ser o local de vanguarda, apesar de ser o local de
245 discussão, de pontos de futuro, é uma entidade tradicional. Porque é uma
246 entidade que existe há séculos. Penso que talvez só a igreja e a universidade há
247 tanto tempo têm mantido, na nossa sociedade, essa figura. Então, é natural que
248 a Universidade seja tradicional. Se ela fosse muito de vanguarda, talvez ela não
249 tivesse perenizado durante tanto tempo, na sociedade. É natural que, durante
250 esse processo, quando nós falamos de inclusão, exista basicamente duas
251 preocupações grandes. Não estou dizendo que elas são exclusivas, que elas
252 são contrárias. Mas existe uma impressão, uma ideia de aumentar a velocidade,
253 de aumentar essa inclusão, de aperfeiçoar esse sistema e, ao mesmo tempo,
254 mas não contraditório, existe uma preocupação de qualidade, que a
255 Universidade durante esse processo não perca a qualidade. Nós conseguimos
256 fazer isso durante o processo estudantil. Nós fizemos a inclusão, começamos lá
257 em 2010, 2011, primeiro com bônus, depois por cotas, e todos nós aqui somos
258 professores, frequentamos as salas de aula e vemos que não teve nenhum
259 prejuízo para essa atividade, talvez até o contrário, uma maior diversidade de
260 ideias, uma maior diversidade de ações. Sobre isso nós vencemos essa barreira.
261 E é a mesma situação que precisamos fazer em relação a esse novo passo, em
262 relação ao corpo funcional, tanto servidores técnico-administrativos quanto os
263 docentes. O que nós procuramos fazer nessa proposta? Primeiro, regras claras,
264 evitar termos como 'preferencialmente' algo que evite ambiguidades quando
265 tivermos um concurso propriamente dito. A redação procura ser a mais direta
266 possível, a mais objetiva possível, para que não tenha nenhum problema durante
267 a realização dos concursos. E, como vocês puderam acompanhar, nós dividimos
268 as ações basicamente em dois grupos. Um para quando o concurso tiver de uma
269 a duas vagas e outro quando o concurso tiver acima de duas vagas, três ou mais
270 vagas. E nós utilizamos duas leis para fazer isso, porque não queríamos também
271 inventar a roda durante esse processo. O concurso de um e dois dialoga com a
272 legislação estadual de políticas afirmativas para os concursos públicos; já o

273 acima de três dialoga com a política federal, com a lei federal para essa
274 finalidade, pois nos casos de uma e duas vagas, a lei federal não prevê nenhuma
275 atividade afirmativa, por isso que buscamos na lei estadual. Ela prevê que exista
276 uma média da ampla concorrência, uma média do PPI e que há uma fórmula
277 para tal relação. A partir dessas médias surge um fator multiplicador na nota do
278 candidato PPI que consegue deslocar esse candidato, e ele passa a ter maior
279 chance de entrar no concurso. Eu volto depois a esse tema. E a lei federal
280 estabelece a cota. Desta forma, a cota que está no documento é de 20%, assim,
281 se tivermos cinco, dez vagas, 20% serão destinadas aos candidatos PPI. Em
282 todo o documento, tanto na primeira modalidade quanto na segunda modalidade,
283 em todo lugar, falamos o que já tem no nosso regimento, que todos os concursos
284 devem ter uma nota mínima de aprovação. Isso garante que nenhuma pessoa,
285 que não tenha qualificação para aquela função, vá assumir a função, pois a
286 Unidade, a Congregação, estabeleceu uma nota mínima para aqueles
287 candidatos. Todos aqueles candidatos que passarem nessa nota mínima vão
288 estar habilitados para entrar, já foram considerados e habilitados. O que nós
289 vamos fazer depois é ranquear esses candidatos de acordo com uma regra ou
290 com outra regra. Esse esquema vai funcionar acima de 3 candidatos, existe a
291 reserva de 20% e está previsto que quem fizer entrada sem utilizar essa
292 condição de cota, dentro da ampla concorrência, vai 'descontar' do valor de
293 cotas. Então, não vai se limitar a 20%. Serão 20% mais aqueles que entrarem
294 na ampla concorrência. Imagino, agora, uma interpretação minha, que os
295 concursos de uma e de duas vagas, pelo menos habitualmente, serão muito
296 utilizados para docentes, para a entrada na carreira, ou como Professor Titular
297 e para alguns servidores específicos que precisam de um concurso exclusivo,
298 com apenas uma ou duas vagas para aquele candidato. Não me lembro a última
299 vez, mas acho que para veterinário tinha um ou dois, não lembro se eram dois
300 ou três, então, quando for um concurso desse tipo, nós vamos utilizar a primeira
301 regra, mas quando tivermos mais vagas, geralmente nos casos de servidores
302 técnicos e administrativos e alguns concursos docentes com mais de duas vagas
303 no certame, vamos utilizar o segundo modelo. O que define os modelos é o
304 número de candidatos, não a situação, se é concurso docente, se é concurso de
305 Doutor, se é concurso Titular ou se é concurso de servidores técnicos
306 administrativos. É o número de vagas que define a modalidade. Como

307 habitualmente os docentes têm uma quantidade mais baixa em virtude das
308 especificidades, e os técnicos/servidores têm outra quantidade, muito
309 provavelmente o primeiro caso será de uma forma e o segundo, de outra. Essa
310 é a minha interpretação. Portanto, principalmente no concurso com até dois
311 candidatos, minha interpretação é de que os candidatos precisam ter notas
312 próximas para que a bonificação seja efetiva. Se houver uma pessoa tirando
313 nove e outra tirando sete, dificilmente a bonificação será suficiente para colocar
314 aquele que tirou sete em uma posição melhor. São notas parecidas, são notas
315 semelhantes, e acredito que esse é o princípio da legislação. Quando tivermos
316 semelhança, daremos prioridade àqueles que são sub-representados dentro da
317 Universidade. Isso vai funcionar para todos, e esse processo terá um
318 acompanhamento contínuo. Temos a previsão de revisão desse processo em
319 três anos, mas será um acompanhamento contínuo para avaliar qual efeito isso
320 está tendo na velocidade de inclusão. O modelo vai variar dependendo da
321 categoria, do número de vagas, mas não é uma situação definitiva. É uma
322 primeira abordagem, assim como mudamos várias modalidades na graduação,
323 vejo isso sendo possível também. Mas precisávamos começar com algo, e
324 estamos começando o mais próximo possível da legislação atual. Os dois
325 modelos têm suporte na legislação, tanto do estado de São Paulo quanto do
326 Governo Federal. Acredito que garantimos a inclusão e que estamos iniciando
327 um processo dentro da Universidade com bastante cuidado. Para aqueles que
328 se preocupam que isso possa colocar em risco a qualidade da Universidade,
329 podem ter certeza de que esse processo não terá esse efeito. A proximidade de
330 notas e a nota mínima dos concursos, creio, atendem a todos, e podemos ficar
331 tranquilos de que não haverá nenhum risco para a qualidade dentro da
332 universidade. Vou apresentar a vocês alguns *benchmarks* que encontrei em
333 Universidades mundiais para ver como as Universidades, principalmente
334 aquelas muito bem classificadas, estão lidando com esse processo. Este é um
335 documento de Harvard, é um documento de 2022 em que o presidente da
336 Harvard, que corresponde ao nosso Reitor, coloca o que ele pensa sobre esse
337 assunto. Eu não vou ler todo o documento, mas vou citar este parágrafo aqui
338 que estou exibindo. Simplesmente adotar a política de igualdade é insuficiente.
339 A Universidade também é requerida a encontrar ações afirmativas para
340 estabelecer - eles têm uma lei federal e um departamento do trabalho de

341 acompanhamento dessas ações - aquilo que, na opinião do Reitor é necessário,
342 desta forma, a ação afirmativa e não apenas o convencimento das pessoas, o
343 convencimento da comunidade não é suficiente para fazermos grandes
344 mudanças nesse cenário. Creio que isso é um primeiro ponto. Todos os Reitores
345 internacionais estão fazendo esse tipo de informação. Outro documento que
346 também busquei em Harvard é um acompanhamento demográfico ao longo do
347 tempo. Acredito que é de 2013 a 2023, da composição do grupo docente de
348 Harvard. Aqui estão as posições definitivas dentro da carreira, e aqui tem a
349 legenda. Vocês veem que em 2013 tínhamos 64% de homens brancos e agora,
350 em 2023, vamos para 56%. A outra linha soma mulheres, o grupo em que, na
351 nossa nomenclatura é PPI, e não binário, vejam que saiu de 36% e agora está
352 em 44%. E quando vemos a população PPI: tínhamos 16%, em 2013, e agora
353 temos 22%, em 2023. Percebam que essas curvas não são curvas espontâneas.
354 São curvas que foram produto da decisão de políticas afirmativas para mudar a
355 inclinação dessa curva. Uma diminuição da população em dez anos, não estou
356 falando em séculos, em dez anos eles conseguiram esses números bastante
357 significativos. Vou mostrar também outro documento da Harvard, que é um *report*
358 anual. Neste gráfico aqui, do lado direito, notem a diferença entre professores
359 que já têm uma posição estabelecida, que é a parte superior do gráfico, com
360 aqueles que estão começando a carreira, a parte inferior: na parte superior,
361 temos 56% de homens brancos, aqui na parte inferior do gráfico temos 32% de
362 PPI, 23% de homens PPI e 18% de mulheres PPI. Tínhamos apenas 7% de
363 mulheres e 15% de homens. Aqueles docentes que estão ingressando na
364 carreira têm uma diversidade muito maior do que aqueles que estão
365 estabelecidos na carreira. É claro que quem já está estabelecido não se vai
366 mandar embora esse profissional, mas com a substituição, vai-se fazendo essas
367 alterações. Notem aqui o quanto aumentou em treze anos, de 2013 para 2023,
368 tanto a diminuição da população branca quanto o aumento da população PPI.
369 São números bastante atualizados de Harvard, a presidência do Diretor da
370 universidade, o Reitor da universidade, buscar informar isto. Vamos, neste
371 ponto, procurar outras universidades que também têm políticas públicas, neste
372 recorte observamos universidade com pesquisa que está relacionada à saúde.
373 Quero mostrar para vocês o quadro de número 2, este quadro aqui em que se
374 buscou dados de Harvard, John Hopkins, Stanford, Oxford, University College of

375 London, London School, Michigan, Washington, Columbia, Califórnia e Norte
376 Carolina, Cambridge, Toronto, Yale; notem que todas têm uma política
377 afirmativa, que é a quarta coluna aqui. Neste caso concreto, Yale, a ação
378 afirmativa, por exemplo, é atualizada anualmente, buscando essa diversidade e
379 buscando uma maior conclusão. A Universidade cria, pelo que vi em todas elas,
380 ou melhor, a gestão da Universidade cria uma força-tarefa, estabelece um
381 padrão, uma política, e se vai atrás daquele dado que se almejou como objetivo.
382 É natural que não dá para fazer aqui no Brasil uma cópia desse sistema, porque
383 o nosso sistema de concurso é muito diferente da Europa e muito diferente dos
384 Estados Unidos. Nessas realidades se aplica, se faz uma comissão, escolhe-se
385 as pessoas, não existe um concurso propriamente dito para você entrar nessas
386 Universidades. Fui buscar uma delas, a Universidade em que eu estudei, a
387 Universidade de Toronto, para ver qual era a política de equidade que eles
388 estavam adotando. Vai no sentido dessa política que nós vimos nessas outras
389 Universidades, é uma política ativa, aqui, eu não vou ler todo o documento, mas
390 vou deixar à disposição deste Conselho, pois eles têm objetivos, eles definem
391 que querem ter 32% de mulheres dentro da Universidade ocupando posições de
392 liderança. Eles querem ter 15% de pessoas vindas de minorias, e eles querem
393 ter pessoas com deficiência e aborígenes ocupando as posições que irão
394 distribuir. Porque lá é um problema muito maior do que no Brasil, eles têm uma
395 população de nativos muito maior do que aqui no Brasil. Assim, estabelece-se
396 essas regras e depois se faz os 'concursos', as pessoas enviam as aplicações e
397 eles seguem essas regras. Assim, provavelmente, eles devem escolher os 32%
398 das mais bem avaliadas mulheres que se inscreveram para preencher essas
399 vagas, e elas serão alocadas em áreas que se escolheu previamente. São
400 diversas políticas, mas só para dizer isso. Acho que temos a sociedade apoiando
401 essa decisão. Temos uma decisão da Universidade nessa direção, e temos
402 também um suporte internacional, com grandes universidades adotando esse
403 tipo de política. Às vezes, ouço em grupos de WhatsApp que isso vai colocar a
404 Universidade em risco, eu penso o contrário. Acho que vai nos colocar ombro a
405 ombro com Universidades e lideranças mundiais. Aqueles que estão fazendo a
406 melhor ciência do mundo também estão adotando esse tipo de política. Desta
407 forma, acho que vamos colocar a Universidade de São Paulo em outro patamar,
408 adotando essas mesmas políticas das melhores Universidades do mundo. Acho

409 que era isso que eu queria acrescentar ao que o Professor Celso comentou, e
410 vou abrir a palavra para comentários e inscrições.” **Cons. Marcílio Alves:**
411 “Gostaria de parabenizar a Professora Ana Lanna e o Conselho de Inclusão que
412 preparou um documento inicial que serviu de base para muitas das sugestões
413 que vão aparecer aqui, acredito, e queria dizer também que, na lista dos
414 Titulares, houve várias divergências e convergências. Existia um sentimento de
415 dúvida por alguns e, por outro lado, de outras pessoas com bastante certeza de
416 que a política de inclusão para docentes e funcionários é positiva. Fiquei então
417 de declarar isso aqui, para que saibam que não é uma posição unânime dos
418 Titulares, mas, no meu ponto de vista, pessoalmente, também acredito que vai
419 ser muito bom para a Universidade. O Professor Carlotti notou que a pontuação
420 quando as médias PPI e não PPI são parecidas, assim, não vejo que vá ter
421 comprometimento com a qualidade dos contratados, também resolve um
422 problema que é o problema judicial, uma vez que, os concursos estão
423 suspensos, pelo menos os de funcionários, por não atender à política de
424 inclusão. Também baseei minha opinião em apoiar porque noto, entre os
425 professores que conversei, que as cotas para estudantes foram muito bem
426 aceitas na Universidade e os Professores, dos colegas que eu conversei, têm
427 uma sensação muito boa no *campus* quando vem toda a diversidade que essas
428 cotas trouxeram. Acredito que talvez esse sentimento também vai continuar, com
429 outros colegas e funcionários também pertencendo a grupos minoritários. Nesse
430 sentido, o meu voto é a favor dessa proposta da reitoria. E, por fim, queria fazer
431 uma nota pessoal de homenagem à Professora Maria Cecília Queiroz de Moraes
432 Pinto, que é minha sogra e que faleceu ontem, do Departamento de Letras
433 Modernas.” Ato contínuo, a mesa profere mensagem de sentimentos. **M. Reitor:**
434 “Quero fazer outro comentário. Vocês sabem que nós fizemos dois editais.
435 Estamos no segundo edital para o PPI na Pró-reitoria de Inclusão para pós-doc.
436 O primeiro, se não me engano, eram três vagas, mas eram vagas direcionadas
437 a pessoas que queriam fazer algum estudo sobre inclusão, sobre diversidade.
438 Recentemente nós fizemos um outro edital, cinquenta vagas para todas as áreas
439 de interesse, não precisava ter essa recomendação do primeiro edital. Cinquenta
440 vagas. A Professora Ana Lanna fechou, creio que essa semana, a inscrição, com
441 mil candidatos que se candidataram neste edital. Temos mil candidatos, negros
442 basicamente, candidatos a fazer pós-doc aqui na USP. Se nós estabelecermos

443 isso como política, tenho impressão que a USP vai ser a grande nucleadora da
444 questão de inclusão para outras Universidades do país. Muito provavelmente a
445 Professora Ana Lanna vai fazer a leitura desse edital. Vamos escolher esses
446 cinquenta, mas gostaria de acrescentar a proposta de fazer outros editais com o
447 mesmo formato, para que nós possamos ter pessoas muito bem formadas
448 prestando concursos não só aqui na USP, como para outras universidades.
449 Como nós fomos celeiro de nucleação, nas décadas de 70 e 80, para outras
450 Universidades no país, acho que podemos ser um celeiro para pós-docs, PPIs,
451 dentro do país. Creio que este é outro dado interessante, mostrando que, de
452 saída, temos mil pessoas querendo fazer pós-doc aqui na Universidade.
453 Concorrentes que já têm doutorado e já têm qualificação para prestar um
454 concurso de pós-doc.” **Vice-reitora:** “Há também, Professor, o pós-doc para
455 cientistas negras. Isso foi feito também e já vinha há alguns anos sendo
456 concebido.” **Cons. Daniel de Angelis Cordeiro:** “Recebi diversas mensagens
457 de apoio à proposta de adoção da política afirmativa para pretos, pardos e
458 indígenas, em concursos públicos, de vários Professores Doutores, os quais
459 represento. Agradeço os esforços da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento
460 na organização dos debates e na criação dessa proposta. As mensagens
461 trouxeram, também, muita preocupação com dois pontos que podem
462 enfraquecer os efeitos da proposta. O primeiro ponto é a redução do número de
463 membros PPI da banca de contratação, em relação ao que foi proposto pelo GT
464 da PRIP. O GT da PRIP sugere dois membros PPI na banca e a Procuradoria
465 Geral sugeriu apenas um membro, para uniformização a redação da norma para
466 bancas de temporários e servidores técnicos e administrativos, e não apresentou
467 nenhum óbice jurídico. Já há uma previsão na minuta para readequação do
468 número de membros, quando não for possível compor a banca. Unificar a
469 redação da norma não me parece um bom argumento para não acatar a
470 sugestão dos especialistas do GT, que foi organizado pela Pró-Reitoria. O
471 segundo ponto de preocupação foi a fragilidade da proposta da reserva em
472 apenas concursos com três ou mais vagas. Quantos concursos de contratação
473 de docentes - temporários ou não - com três ou mais vagas são abertos na
474 Universidade? Recebi muitas mensagens em favor da adoção de reserva de
475 vagas para o conjunto de todas as vagas distribuídas para cada Unidade, e não
476 apenas restritas a esses concursos com três vagas ou mais. Lembro que, em

477 julho de 2022, uma carta aberta de docentes negros e negras da Universidade
478 de São Paulo recebeu apoio de diversas Congregações da USP, e dentre as
479 reivindicações, esse grupo pedia explicitamente por reserva de vagas. Da forma
480 como foi desenhada, a minuta não atende a essas reivindicações e corremos o
481 risco de aprovar uma legislação branda demais, que corre o risco de se mostrar
482 inócua daqui a três anos.” **Cons. Rodrigo Bissacot Proença**: “Vou fazer uma
483 coisa que faz parte da representação, que é dar voz às pessoas que não estão
484 nos lugares. É muito importante o que está acontecendo hoje no Conselho, há
485 muito tempo essa questão é discutida na USP, finalmente, por meio da PRIP
486 isso está avançando. O que vou fazer é ler uma nota do grupo de docentes
487 negros e negros da USP, como sabemos não temos ainda negros o suficiente
488 para eles mesmo se representarem, estamos caminhando para isso. 'Nota do
489 grupo de docentes negros e negros da Universidade de São Paulo sobre a
490 proposta a ser apresentada no Co de 22 de maio de 2023. Nós, docentes negros
491 e negros da USP, através de nosso grupo, discutimos e apresentamos à
492 comunidade, desde de junho do ano passado, uma proposta de efetivação de
493 ações afirmativas para os concursos docentes. Impera a necessidade de ações
494 que, efetivamente, promovam o ingresso de professoras negras e professores
495 negros na maior universidade do Brasil. Em junho passado publicamos nossa
496 carta aberta, que contou com mais de mil assinaturas de apoio de pessoas e
497 entidades internas e externas à Universidade. Em seguida, em 9 de novembro,
498 entregamos ao Reitor não só a carta com suas assinaturas, como também um
499 conjunto de propostas e um parecer jurídico, que foram amplamente divulgados
500 compondo um escopo detalhado de implementação de reserva de vagas nos
501 concursos docentes. Tanto a carta como as propostas, receberam o apoio de
502 várias Congregações, além de movimentos organizados da Universidade. Nessa
503 proposta, pouco se modifica a estrutura atual dos concursos docentes, porém,
504 ratifica a abordagem de reserva de vagas em uma metodologia baseada em
505 metas de cada unidade, com prazos e objetivos bem definidos. A proposta ora
506 apresentada pela PRIP para votação no Co elimina este caráter, pois: 1 -
507 dificilmente os concursos docentes têm mais de uma vaga e estimular as
508 Unidades a agrupar vagas em um mesmo edital exigirá uma modificação no seu
509 planejamento de contratações, que acreditamos dificilmente se dará; 2 -
510 concurso para docentes se dá por indicação da banca, ou seja, a pontuação do

511 candidato pode ficar em um segundo plano no processo de aprovação; 3 - as
512 provas se dão sem anonimato na correção, o que pode dar margem a um viés
513 racista na avaliação do candidato; e 4 - não há um prazo para alcance da meta
514 de igualar o percentual da composição racial da população do Estado de São
515 Paulo. Pelos motivos acima expostos, nosso grupo considera um avanço a
516 proposta apresentada pela PRIP, porém, explicita que esta é insuficiente para
517 que realmente possa ser considerada como uma política de ação afirmativa que
518 vá contribuir para a redução do racismo em nossa Universidade, atrasando a
519 implementação de uma política efetiva, em um momento em que temos mais de
520 600 concursos para serem realizados em curto e médio prazo. Desta forma,
521 reafirmamos nossas propostas de ações afirmativas e incentivamos ao Co que,
522 após a aprovação, neste primeiro momento, estabeleça uma política em favor da
523 igualdade racial na Universidade de São Paulo, aprofunde o debate das
524 propostas por nós enviadas com toda a comunidade e, na sequência, as ponha
525 em votação. Assinado, grupo de docentes negras e negros da USP.' Esse
526 documento me foi passado pelo Professor Marconi Pereira, ele é um dos poucos
527 negros do meu Instituto, e peço que possamos refletir sobre as palavras ditas
528 pelos colegas negros - os poucos que na Universidade estão.” **Cons. Túlio**
529 **Ferreira Leite da Silva**: “Em primeiro lugar, precisamos parabenizar esse
530 esforço da Universidade nesses últimos tempos, de fazer tantas reuniões para
531 tratar de tantas coisas. A gente brinca, na representação discente, que “*Co is the*
532 *new black*”, é moda ter Co agora, e isso é muito bom para termos esse espaço
533 para debate. Quero, nesse sentido, parabenizar que a Reitoria esteja fazendo
534 algo hoje, que ela já poderia ter feito 20 anos atrás. Estamos atrasados. É incrível
535 que quando a emergência chega, a USP não nos deixa na mão. E isso nós
536 devemos parabenizar. Por exemplo, o Professor Zuffo e o Professor Raul - Pró-
537 Reitor Adjunto de Inovação -, quando bateu a pandemia, rapidamente eles
538 conseguiram fazer os respiradores, o Projeto Inspire, e vejam como foi bela a
539 reputação da USP. Quando a urgência chega, a USP é capaz de dar conta.
540 Então, nesse sentido, quero parabenizar também a Doutora Adriana, que em
541 tempo hábil entre a aprovação nesse Conselho e a aprovação na PRIP,
542 conseguiu fazer uma resolução que todos pudemos acompanhar. É incrível que
543 conseguimos em dois meses encurtar um atraso de dois anos. Mas as coisas
544 não estão boas. A lei não é boa, a resolução não é boa. Não vamos ‘empretecer’

545 a Universidade, mas é isso que temos hoje. Da mesma forma como a lei de
546 regulação das *fake news* já tinha que ter sido aprovada e não foi, precisamos
547 aprovar essa regulamentação hoje, porque essa é uma resposta que vamos dar
548 à sociedade de uma urgência que se faz, mas, desde já, gostaria de solicitar
549 algumas pequenas emendas. A primeira delas diz respeito ao parágrafo 2º do
550 artigo 9º, em que se fala que a política poderá ser revista em 3 anos. Quero
551 sugerir uma pequena palavra – ‘até’ 3 anos. E que se pudermos fazer em 6
552 meses após a aplicação dessa lei, seria melhor ainda, porque já teremos dados,
553 pois sabemos que a fórmula apresentada possivelmente não será capaz de
554 ‘empreter’ a Universidade. Em segundo lugar, gostaria de sugerir o retorno do
555 parágrafo 3º do artigo 5º, que já havia sido aprovado pela CLR e pela CAA, que
556 permitia a reunião de vagas pelas Congregações. Isso é essencial. É a partir daí
557 que o pedido que fiz a Vossa Magnificência, de que pelo menos os Institutos
558 ficassem à vontade para fazer o que bem entendessem, vai poder acontecer. Vai
559 ser mais fácil termos reserva de vagas. Também, com base no que a CAA
560 apresentou de que, possivelmente, a bonificação, em alguns casos, poderá
561 acontecer certa aberração. Qual é a aberração? Em um espaço de zero a dez,
562 teremos a possibilidade de candidatos com onze, então a CAA pede que haja
563 uma normalização. Acho isso injusto, porque se tiver um branco com 10 e um
564 preto com 11, e esse preto voltar para 10, o que vai acontecer? Portanto, se essa
565 normalização for passada - o que penso deva acontecer, por questões
566 burocráticas - gostaria de solicitar a Vossa Magnificência e à Procuradoria Geral
567 que emende o Regimento da USP para colocar que características PPI sejam
568 utilizadas para desempate em concursos da Universidade. Então, o que gostaria
569 de pedir a vocês é que apesar de a Organização Mundial da Saúde ter decretado
570 que a emergência pandêmica acabou, não aceitemos isso. Temos aqui para
571 frente uma pandemia por dia para lutar. Temos que lutar contra a pandemia da
572 desinformação, contra a pandemia de destruição com as construções petroleiras
573 na Amazônia, e precisamos lutar contra o racismo. Porque se vocês
574 acompanharam o que aconteceu ontem com um brasileiro na Espanha, temos
575 um exemplo claríssimo e estabelecido do que é o racismo. Um jogador foi
576 chamado de macaco do início ao fim. Você inverte a situação, culpabiliza a vítima
577 e expulsa um jogador de campo. Isso é inaceitável. Precisamos tratar as
578 urgências com a capacidade que essa Universidade tem. E que ser a maior

579 Universidade ibero-americana não seja simplesmente um número a mais nas
580 nossas contas. Lideremos os ibérico-americanos.” **Cons.^a Bárbara Della Torre:**
581 “Quero trazer alguns argumentos jurídicos que a própria documentação que a
582 Reitoria encaminhou apresenta, e também algumas contradições, como o fato
583 de o Reitor negar o pedido do Movimento Negro de participar democraticamente
584 dessas discussões e decisões que dizem respeito a vida deles. Uma primeira
585 coisa que o documento apresenta é a discussão de que a aplicação formal do
586 princípio de igualdade não dá conta de garantir a igualdade. Ou seja, é preciso
587 olhar para as condições do país, um país de maioria negra, que foi o último a
588 acabar com a escravidão, que foi o país com maior número de negros trazidos
589 da África, precisa considerar que os negros estão em condições desiguais e que
590 a igualdade não parte de um princípio formal de que todos são iguais e
591 competem diretamente nos vestibulares e concursos, como se não houvesse
592 desigualdade. O segundo argumento é que é importante que a burocracia que
593 faz parte das instituições estatais seja representativa e que dessa forma seja
594 capaz de garantir diversos pontos de vista presentes na sociedade, e que
595 possam, a partir dessas diferentes posições e visões, opinar e influenciar sobre
596 os rumos e decisões que são tomadas dentro dessas instituições. Quem aqui
597 neste Conselho Universitário pode se declarar negro? Três. Tem mais de 100
598 pessoas aqui. Quem está decidindo sobre o futuro dos negros na Universidade?
599 Brancos. Defendo a unidade entre negros e brancos no combate ao racismo,
600 mas em primeiro lugar é preciso que os negros possam dizer e levantar suas
601 demandas aqui e em qualquer lugar. Esse Conselho Universitário não é
602 democrático e é um Conselho que mantém o racismo. Em primeiro lugar pela
603 sua constituição e estrutura de poder, mas tem outras coisas que expressam
604 racismo. Essa medida que a Reitoria vem adotando é importante ficar claro que
605 é fruto do Movimento Negro, da pressão social que ele realiza, e não
606 simplesmente da benevolência da Reitoria que, em primeiro lugar, fez um
607 concurso de docentes e funcionários sem as cotas; uma Reitoria que foi a última
608 do país a incluir cotas nos vestibulares. Então, que fique claro que isso não é
609 uma concessão, mas sim um direito arrancado pelo Movimento Negro. E outras
610 medidas bastante racistas são tomadas pela Reitoria, como por exemplo, não
611 sei se todos sabem, mas a Reitoria demitiu mais de 30 funcionários que
612 compõem o navio do Instituto Oceanográfico. O trabalhador mais velho desse

613 navio é negro, que está sendo desvalorizado pela política de reajuste salarial,
614 pela política de gratificação e ainda recebeu um anúncio de demissão, que só
615 teve retrocesso depois de manifestação dos estudantes, professores e
616 funcionários e, obviamente, dos próprios trabalhadores do navio, que ocuparam
617 o navio quando o Diretor do Instituto teve que ir lá levar a informação de que o
618 Reitor estava suspendendo os salários e mandando eles saírem. Para além
619 disso e para concluir, é importante lembrar que viemos aqui nos manifestar,
620 fizemos uma reunião com o Reitor para falar que há uma semana as
621 trabalhadoras estavam paralisadas na Faculdade de Medicina - trabalhadoras
622 terceirizadas, em sua maioria negra -, porque não estavam recebendo salário e
623 estavam com reiterados atrasos nos pagamentos de salário e benefício, porque
624 essa é a política da terceirização, acabar com os direitos sociais dos
625 trabalhadores - direitos elementares, porque trabalhar sem receber é escravidão.
626 Coloco esses elementos porque, mais uma vez, venho aqui dizer a vocês todos
627 que o que vocês estão votando é um elemento mínimo e está sendo feito de
628 costas para o povo negro, de costas para o Movimento Negro que está lá fora,
629 pedindo para entrar, que mandou um e-mail para o Reitor na semana passada.
630 Que tipo de diálogo está tendo com o Movimento Negro? Políticas de demissão,
631 de terceirização, de falta de verba para permanência estudantil; a PRIP não ouve
632 os estudantes negros e pobres que estão dentro dessa Universidade. Acho um
633 absurdo e totalmente antidemocrático que votemos isso sem ouvir o que o
634 Movimento Negro está dizendo, eles deveriam estar aqui dentro para poder dizer
635 quais são as suas demandas.” **Cons. Reinaldo Santos de Souza**: “Quero, a
636 exemplo do que fez a Bárbara, iniciar minha fala registrando nosso repúdio à
637 negativa da Reitoria em receber uma comissão do Movimento Negro, tanto da
638 Universidade como de fora dela, o Núcleo de Consciência Negra, que é histórico
639 dentro da USP, o Movimento Negro Unificado, coletivos de estudantes e
640 docentes negros, que apresentaram sua posição sobre o tema. Não só a
641 negativa para esses movimentos estarem aqui hoje, para poderem expressar
642 sua opinião e sua posição acerca dessa resolução aqui proposta, como também
643 o fato de essa própria resolução ter sido elaborada sem discussão com esse
644 movimento. Isso expressa, sim, um problema grave na própria elaboração desse
645 documento. Vim, também, para expressar um pouco a discussão que fizemos na
646 Assembleia de funcionárias e funcionários da USP, na última sexta-feira, que

647 discutiu esse tema, inclusive uma orientação aos representantes dos servidores,
648 primeiro afirmar que as cotas e as políticas afirmativas são conquistas históricas
649 do Movimento Negro, e que tem sido a duras penas aplicada, no caso da USP,
650 com atraso, no caso das cotas para estudantes. E chama a atenção o fato de
651 que a USP só vai tomar uma iniciativa real e concreta em relação aos concursos
652 para funcionários e docentes, a partir da provocação que veio da Justiça. Embora
653 tenha sido discutido aqui que, a rigor, a lei não se aplicaria na Universidade por
654 conta da autonomia, mas foi justamente essa provocação externa que levou a
655 uma celeridade maior na discussão, o que expressa, mais uma vez, o quanto a
656 Universidade é refratária e conservadora para ter avanços significativos em algo
657 que é tão fundamental. Porque a questão racial, na minha opinião, é o grande
658 tema do Brasil, um país marcado por mais de 300 anos de escravidão, com toda
659 uma elaboração teórica do mito da democracia racial, ou seja, esse tema cruza
660 praticamente com todas as discussões que podemos fazer sobre a construção
661 nacional. Esse é o grande tema que devemos resolver enquanto país, enquanto
662 povo, enquanto classe trabalhadora, inclusive, porque a questão de classe está
663 cruzada pela questão racial. É um tema fundamental que a Universidade de São
664 Paulo, infelizmente, mais uma vez faz com atraso. E aí, concretamente sobre a
665 resolução, primeiramente, negras e negros sempre estiveram na USP. A questão
666 é onde estiveram e onde estão, ou seja, nos trabalhos mais precários, a maioria
667 é negra e negro, entre os terceirizados, por exemplo. Mesmo na nossa categoria
668 de servidores técnicos e administrativos, certamente a composição racial é
669 diferente do que acontece entre os docentes, e também no grupo básico é onde
670 negras e negros mais estão presentes. O segmento da Universidade onde o
671 problema é maior é certamente entre os docentes. Segundo o Anuário
672 Estatístico, cerca de apenas 2% dos docentes são negras e negros. Infelizmente,
673 a resolução proposta não vai resolver o problema justamente onde ele é mais
674 grave. É uma resolução bastante limitada desse ponto de vista. Evidentemente,
675 apoiamos as cotas nos concursos para servidores, mas apoiamos, também, que
676 tenha cota e reserva de vagas nos concursos para docentes, que tenham metas
677 a serem cumpridas nesse sentido. E a resolução não prevê isso. A maioria dos
678 concursos docentes tem uma ou duas vagas, e o sistema de bonificação, como
679 os concursos de docentes não são objetivos como são os dos funcionários,
680 possuem bancas e etc, possuem um nível de subjetividade que o sistema de

681 bonificação não resolverá o problema. Apesar disso, nossa assembleia deliberou
682 que vamos votar a favor como uma indicação da importância histórica dessa
683 discussão, mas é preciso que a Reitoria se comprometa a ouvir o Movimento
684 Negro e a ter uma nova resolução, em breve, que resolva o problema no
685 segmento mais grave, que é entre os docentes, porque a proposta, como está,
686 não vai resolver o problema no segmento docente.” **Cons. Pedro Bohomoletz**
687 **de Abreu Dallari**: “Coube a mim relatar essa matéria na Comissão de Legislação
688 e Recursos, que aprovou o parecer por unanimidade, o que pode parecer
689 esquisito, tendo em vista que há um debate na Universidade. Será que a
690 Comissão de Legislação e Recursos seria atípica e teria um entendimento
691 absolutamente coeso sobre um tema que enseja tantas visões diferentes? E não
692 é isso. Um colegiado é um espaço onde se explicitam divergências, onde as
693 pessoas vêm com posições diferentes e nós assistimos. Mas se fosse apenas
694 para aferir números e maioria, não precisaria haver reunião dos colegiados. Um
695 colegiado também deve ser um local que produz convergências e consenso
696 dentro do que é possível. E o consenso e a convergência não significa que as
697 pessoas devam abrir mão de suas convicções; significa o entendimento de que
698 em um determinado contexto há uma posição que pode ser um fator de
699 unificação e integração. E acho que nessa matéria isso é muito importante,
700 porque é uma matéria que, ainda indo para a sociedade, será submetida ao crivo
701 do poder judiciário, porque poderá haver questionamentos judiciais e jurídicos,
702 ela dialogará com uma sociedade diversa. Então, entendo - e foi esse o
703 entendimento da unanimidade da Comissão de Legislação e Recursos - que o
704 consenso expressará uma posição de força da Universidade na defesa de uma
705 tese que reflete o acúmulo que se produziu na Universidade a partir da proposta
706 da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, da reflexão feita pelo Reitor, que
707 assumiu como sua essa proposta, das ponderações feitas pela Procuradoria
708 Geral da Universidade e, por fim, pela Comissão de Legislação e Recursos e
709 pela Comissão de Atividades Acadêmicas. No debate que fizemos na CLR,
710 houve entendimentos diferentes por parte dos membros do Colegiado. Há
711 pessoas dentro da Universidade que legitimamente entendem que não deveria
712 haver cotas ou bonificação para concursos de docentes, porque isso poderia e
713 deveria ser resolvido através das medidas de ação afirmativa para alunos de
714 graduação, de pós-graduação e para pós-doutorandos, e que naturalmente isso

715 levaria a um equilíbrio maior a médio e longo prazo nos concursos para cargos
716 docentes. É uma posição respeitável. Do outro lado, há quem entenda que a
717 posição é muito tímida. Houve, inclusive, a proposta de que as Unidades
718 poderiam reservar vagas dentro de um conjunto de vagas disponíveis, de tal
719 maneira que para um determinado concurso, só se aceitasse a inscrição de
720 candidatos PPI, já que para outros concursos seria de livre concorrência. O
721 entendimento da Procuradoria é que isso seria muito frágil juridicamente, porque
722 cada concurso é uma totalidade, com uma banca. Então, se criamos um
723 concurso para uma vaga, que está determinada para um perfil de ocupante, isso
724 não é cota, isso é reserva de vaga, na verdade. E isso seria muito frágil do ponto
725 de vista jurídico. Portanto, o consenso da CLR reflete justamente esse
726 entendimento, de que essa proposta que está colocada está madura, pode
727 conseguir o respaldo de um grande percentual de membros desse colegiado,
728 saindo a USP fortalecida desse debate, e reflete o acúmulo que se tem hoje. Isso
729 não significa - e a própria proposta estabelece - que daqui a pouco isso não
730 possa ser revisto. E é o que faremos, certamente. Quando a CLR propõe a
731 aprovação disso, não é ignorando o debate que existe - e que é legítimo e deve
732 prosseguir -, mas é sugerindo ao Conselho Universitário que adote uma posição
733 que reflita o consenso possível e desejável neste momento. Por isso a nossa
734 posição é pelo voto a favor.” **Cons. Gabriel Brandão Galhase**: “Meu nome é
735 Gabriel, sou estudante de Física em São Carlos, sou militante da União da
736 Juventude Comunista, sou diretor do Centro Acadêmico Armando de Salles
737 Oliveira, que representa todo o *campus* de São Carlos, e faço parte, também, do
738 DCE livre da USP. Minha fala será breve. Infelizmente, tenho que vir fazer essa
739 fala, porque as pessoas que deveriam, de fato, estar aqui participando desse
740 debate e guiando essa discussão, foram impedidas de estar presentes nesse
741 espaço, que é dito como democrático. O Movimento Negro, um movimento
742 histórico da USP, foi impedido pela Reitoria de estar presente em uma reunião
743 em que a pauta é justamente a adoção de cotas PPI para concursos públicos de
744 docentes na USP. Reitoria essa que foi eleita como sendo progressista,
745 democrática e comprometida com as pautas de inclusão. Então, quero deixar o
746 questionamento ao Magnífico Reitor e aos demais conselheiros: vocês acham
747 razoável que um tema tão importante e tão histórico seja discutido sem a
748 presença do Movimento Negro, em um espaço formado por uma maioria branca?

749 Vocês acham isso democrático? Acho que não. E o Movimento Estudantil, em
750 conjunto com os Sindicatos de servidores e de professores não vai descansar
751 até que seja ouvido, até que de fato as decisões tomadas por essa Universidade
752 sejam democráticas e populares, e que elas atendam aos interesses da classe
753 trabalhadora, da população pobre e da população negra. E se para sermos
754 ouvidos, precisarmos subir o tom, é o que vamos fazer, porque já estamos
755 cansados de ter as nossas pautas e vozes silenciadas por essa Universidade e
756 por essa Reitoria.” **Cons.^a Rosa Baptista Faustino Miranda:** “Quero começar
757 fazendo coro com a fala anterior e denunciar que essa discussão esteja
758 acontecendo sem a presença daqueles que serão mais afetados pela medida
759 que pode não ser aprovada. Inclusive, acho um absurdo, com todo o respeito,
760 que o Reitor Carlotti fale que só pode ser aprovada a presença daqueles que
761 cobram estar, com autorização do Reitor. É um pouco mais fácil falar que o
762 senhor não aprova que eles estejam aqui. É muito bom, de fato, que essa
763 proposta esteja sendo apresentada, finalmente. Muito bom que finalmente
764 debatamos uma medida de enegrecer, que é tão embranquecida, o que se reflete
765 neste Conselho. Mas, quero pontuar, também, que se esse debate finalmente
766 chegou aqui, não foi por benevolência de nenhum Reitor, nem dessa gestão -
767 com todo o respeito -, nem de nenhum Conselho. Foi através de muito esforço
768 do Movimento Estudantil, dos Movimentos Negros e de todos os negros da
769 Universidade. Fomos nós que estivemos cobrando, ao longo de muitos anos, para
770 que finalmente isso pudesse ser debatido. Então, por favor, respeitem toda a luta
771 construída em torno desse tema e não reivindicuem a proposta para vocês,
772 porque não é de vocês. Então, é muito bom que a proposta esteja sendo
773 apresentada, mas ela é insuficiente para que haja, de fato, uma paridade racial
774 entre os quadros universitários da Universidade. É insuficiente. E quero separar,
775 pois quando falamos de servidores técnicos e administrativos e servidores
776 docentes, há uma diferença. No caso dos servidores técnicos e administrativos,
777 observamos, nos dados que a PRIP apresenta, que há muito mais negros do
778 que entre os docentes. Então, é muito mais fácil chegar ao nível de 37%. Mas,
779 quando falamos em relação aos professores, é irreal pensar que vamos atingir a
780 meta dos 37% em apenas 3 anos. Não vamos. Isso não vai acontecer.
781 Especialmente, porque a proposta diz que para concursos de apenas uma vaga,
782 vai funcionar a proposta de bonificação e não de reserva de vagas. E bonificação

783 não é reserva de vaga, logo é contraditório a proposta oferecer isso. Bonificação
784 também não garante a paridade racial, e a USP já teve a sua experiência com
785 bonificação. Porque antes da implementação de cotas para PPI nos vestibulares,
786 houve o INCLUSP, que era uma ação de bonificação para os estudantes nos
787 vestibulares. E estudos da própria USP comprovam que o INCLUSP foi
788 ineficiente para garantir o enegrecimento dos estudantes. Logo, isso nos leva a
789 pensar que essa proposta será ineficiente para enegrecer o quadro dos
790 docentes. Por isso, o DCE Livre da USP tomou a liberdade de destacar alguns
791 artigos da proposta. O artigo 5º, que diz que a reserva de cotas vai valer para os
792 editais com até três vagas, e para uma vai valer a bonificação. Queremos
793 apresentar a proposta de que até que se atinja a meta de 37%, todos os
794 concursos de professores da USP sejam destinados a docentes pretos, pardos
795 e indígenas. Vocês devem estar pensando que seria uma radicalidade muito
796 grande, mas não é. Inclusive, vou utilizar um exemplo do Brasil. A PUC -
797 Universidade Pontifícia Católica - já utiliza essa mesma medida. Inclusive, todos
798 os concursos para uma única vaga são destinados a professores negros. E quero
799 deixar a pergunta, do que a USP tem medo? Se estamos falando sobre
800 enegrecer a Universidade, deixá-la mais diversa, qual é o medo do Conselho e
801 da própria Universidade de enegrecer de fato? Porque é um avanço para a
802 Universidade o enegrecimento dos quadros de docentes e de funcionários. É um
803 avanço para a permanência estudantil, mas também para a produção de
804 conhecimento dessa Universidade. Estamos falando de novas vivências
805 produzindo conhecimento. E se queremos, de fato, ser a melhor na América
806 Latina, temos que garantir a diversidade na produção de conhecimento. Quero,
807 por fim, ler uma carta escrita por docentes negros. Muito se falou aqui de
808 algumas pessoas que ficaram de fora do Conselho, vou dar os nomes. Malu
809 Nogueira, pelo Núcleo de Consciência Negra da USP; o Professor Dênis de
810 Oliveira, pelo Coletivo de Docentes Negros; e a Regina Leão e a Simone
811 Nascimento, pelo Movimento Negro Unificado, assinam essa carta que vou ler
812 agora, lembrando que esse Conselho os impediu de aqui participar ativamente:
813 'Carta Aberta de docentes negras e negros da Universidade de São Paulo. São
814 Paulo, 11 de julho de 2022. Docentes negras e negros da Universidade de São
815 Paulo reuniram-se em 10 de junho de 2022 para debater e construir pautas
816 comuns que possam colaborar para minimizar os efeitos do racismo estrutural

817 na USP, com enfoque fundamentalmente em ações voltadas para a(o)s
818 professora(e)s. Considerando o irrisório número de professoras e professores
819 negros e negras no ambiente acadêmico, 125 em um total de mais de 5.531 mil
820 (o que representa apenas 2,3% total de docentes), e tendo em vista uma
821 ampliação das políticas de ações afirmativas em nossa universidade,
822 reivindicamos, em primeiro lugar, a implantação de reserva de vagas para
823 pessoas negras em concursos públicos para docentes. As reservas de vagas
824 para docentes já estão implantadas em diferentes universidades de distintas
825 regiões do país e são o caminho menos lento para a inclusão de professoras e
826 professores negros e negras em um espaço universitário extremamente desigual
827 e ocupado, em sua maioria, por professores brancos. O racismo estrutural, sem
828 contar o sexismo, é cada vez mais alarmante quando se observa a ocupação de
829 cargos de gestão na Reitoria, Pró-Reitorias e nas representações do Conselho
830 Universitário. Nesse sentido, em segundo lugar, também postulamos um
831 incentivo à progressão na carreira docente, principalmente para as vagas de
832 titular, garantindo representatividade negra em cargos de gestão na Reitoria e
833 no Conselho Universitário. Se os números já são baixos em relação ao total de
834 docentes negros e negras em nossa universidade, são ainda mais baixos quando
835 se nota a ocupação em cargos de decisão. Por meio de reserva de vagas para
836 docentes negros e negras e de um fomento à progressão de carreira, poderemos
837 iniciar uma abertura da Universidade para um ambiente acadêmico menos hostil
838 às pessoas negras, construindo formas efetivas de combate às múltiplas
839 manifestações de racismo e discriminação racial, oferecendo representatividade
840 e escuta em relação a estudantes negros e negras e, ao menos, colaborando
841 para que se alcance uma porcentagem mais equilibrada no corpo docente, como
842 se configura na população negra em relação ao Estado de São Paulo e ao Brasil,
843 de um modo geral. Neste ponto, a cor de nossa pele, além de servir de marcador
844 social de preconceito, também é referência para os e as ingressantes nos
845 programas de pós-graduação e da graduação. É comum estudantes procurarem
846 docentes em primeiro lugar por afinidade de raça e depois por área do
847 conhecimento. Devido a este fato, os programas de pós-graduação, além de
848 adotar cotas para ingresso, também devem ter formas de dar suporte às e aos
849 orientadores negros e negras, enfrentando as profundas desigualdades de
850 acesso e permanência das(os) estudantes e promovendo a diversidade num

851 ambiente menos racista, sexista e transfóbico. No campo da pesquisa é
852 importante estimular a procura e o ingresso de pesquisadoras(es) negras(os) em
853 todas as áreas de conhecimento, especialmente naquelas em que a presença
854 dessas pessoas é pouco representativa, como Exatas e Biológicas, promovendo
855 um tensionamento na FAPESP para que existam editais que considerem as
856 questões raciais, estendendo essa representação às comissões de área.
857 Também a USP, no seu ambiente interno, deve promover editais que fomentam
858 o estudo de questões raciais e a participação de docentes negros e negras na
859 graduação, pós-graduação e pesquisa, não concentrando suas ações somente
860 na recém-criada Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP). Cabe dizer
861 também que este conjunto de reivindicações só pode ser construído com a
862 participação das(os) docentes negras e negros desta Universidade. As ações
863 que visem ao combate ao racismo no interior da Universidade devem ter a
864 participação da comunidade negra da USP, que historicamente lutou e luta por
865 uma Universidade menos desigual e para todas, todes e todos. Assim assinam
866 esta carta as e os docentes negras e negros listados abaixo, além dos apoios de
867 pessoas e instituições, entidades, movimentos e coletivos que aparecem a
868 seguir. Axé!” **Cons.^a Danielly Milena Oliveira dos Santos:** “Sou estudante da
869 ECA e também faço parte do DCE Livre da USP pelo Movimento Correnteza.
870 Trago algumas reflexões. A primeira delas é que, de fato, é fundamental votar
871 na implementação das cotas PPI. Isso não questionamos, temos pleno acordo.
872 Porém, fiquei refletindo sobre muitas coisas junto aos estudantes que não
873 puderam estar aqui dentro deste Conselho - uma Casa que se diz democrática
874 e fecha os seus portões para a juventude negra que está esperando do lado de
875 fora. Considero que está se tornando viciante a postura da Reitoria de fechar a
876 porta àqueles que querem debater o progresso e o avanço da nossa
877 Universidade. Essa não é a primeira vez, e se não mudarmos a postura, como
878 tenho visto neste último período, continuará sendo assim. Gostaria, então, de
879 saudar os estudantes e o Movimento Negro que estão do lado de fora, esses
880 que lutaram e lutam diariamente para garantir que os seus filhos e irmãos
881 possam ingressar nas universidades do nosso país e permanecer dentro delas.
882 Mas, o que fiquei refletindo foi muito em relação à fala que o nosso Reitor
883 apresentou, sobre a pauta. A pergunta que fiquei refletindo é ‘pode ficar
884 tranquilo’. O que significa ‘ficar tranquilo?’ Foi necessário apresentar várias

885 universidades fora do nosso país para comprovar que as pessoas negras têm
886 capacidade intelectual para não caírem os níveis de pesquisa e desenvolvimento
887 desta Universidade? É isso que os senhores pensam? Que se tivermos mais
888 docentes negros, a Universidade terá um rebaixamento? Este dado foi
889 apresentado para justificar que podemos ‘ficar tranquilos’ que a excelência da
890 nossa Universidade continuará e que não estaremos sendo os únicos, que outros
891 estão fazendo. Mas, qual seria o problema se a USP fosse a que tomasse a
892 decisão de ser diferente? Não faríamos porque Harvard não fez? Considero isso
893 o cúmulo do racismo. E os senhores sabem como isso se expressa dentro dessa
894 academia? Sou da ECA e, nesta semana, houve uma plenária com a presença
895 de mais de oitenta estudantes, e que foi convocada pelo fato de uma professora
896 que se negou a aceitar a pesquisa de uma estudante que estava estudando
897 sobre músicos negros, pois, para ela, não havia registros suficientes de pesquisa
898 de músicos negros. Logo, não era academicamente aceitável. O samba que os
899 senhores ouvem tomando a cervejinha no final de semana não foi feito pelo
900 ‘branquelo’ que decidiu colonizar o nosso país. Essa é a postura que ocorre
901 quando agimos dessa forma, pensar que os nossos intelectuais negros, sejam
902 da área da música ou de qualquer outra área do conhecimento, são menores,
903 que o conhecimento dessas pessoas não é válido o suficiente, pois não está na
904 Harvard ou em qualquer outro país, tão racista quanto o nosso. Essa postura
905 precisa ser mudada, se quisermos, de fato, construir uma Universidade
906 democrática e antirracista. Que a gente não se segure nos medos de garantir os
907 nossos sonhos. Gostaria de finalizar a minha fala apresentando dois pontos.
908 Primeiro, concordo com os companheiros que vieram antes de mim, que essa
909 vitória não é fruto da benevolência de ninguém. Nem essa e nenhuma outra. Foi
910 fruto de muita luta e sufoco dessa juventude pobre e trabalhadora. Por último, os
911 estudantes não estão aqui para viver o sonho dos brancos, dos ricos, dos que
912 recebem R\$ 20 mil, R\$ 30 mil por mês. O sonho de vocês, por muitas vezes,
913 representa o nosso pesadelo. E, se for para garantir os nossos sonhos, se isso
914 perpassar por transformar a vida de cada um em um pesadelo, transformaremos.
915 Pois, não queremos mais viver o sonho dos outros. A juventude negra, pobre e
916 trabalhadora deste país quer construir os seus próprios sonhos e vivê-los, desde
917 a graduação até ser professor universitário.” **Cons. Maurício da Silva Baptista:**
918 “Parabenizo a Reitoria por essa ação corajosa e ágil, essa mudança de

919 perspectiva em termos de políticas de inclusão. O Instituto de Química foi
920 informado na nossa última Congregação de que essa discussão estava
921 ocorrendo. Mas, infelizmente, não houve tempo para que isso fosse discutido.
922 Os membros da Congregação e o próprio Instituto de Química foram pegos de
923 surpresa, com uma Portaria sendo apresentada antes que pudessemos
924 contribuir. A agilidade foi tanta que impediu que o Instituto fosse, de fato,
925 informado detalhadamente e pudesse contribuir. Essa é uma crítica ao processo,
926 muito embora eu entenda que a agilidade é importante. Mas, nesse caso, foi
927 rápido demais. Por outro lado, gostaria de expressar a minha opinião sobre a
928 forma que estamos fazendo isso, que sou totalmente favorável também.
929 Considero que não se trata de uma questão de opção, mas de que temos que
930 fazer e de forma efetiva e rápida. Mas, temos que fazer da melhor forma possível.
931 Creio que restringirmos ainda mais a entrada e dificultar os processos seletivos,
932 de forma geral, não é a melhor forma de fazer. Deveríamos mobilizar os
933 Institutos, para que colocassem no plano acadêmico, metas para que isso
934 acontecesse no tempo correto para cada Instituto, cada um de nós tem um
935 ambiente diferente. Minha sugestão é que essa discussão das cotas para
936 contratação continue, que os Institutos coloquem essa discussão nos planos
937 acadêmicos institucionais e que possam perseguir isso de forma contínua.
938 Assim, minha sugestão é que essa discussão não pare aqui, que ela continue.
939 Agradeço a oportunidade de discutir o assunto, temos que manter aberto esse
940 ambiente de discussões e opiniões, como está acontecendo.” **Cons. Nuno**
941 **Manuel Morgadinho dos Santos Coelho**: “Gostaria de parabenizar a
942 Universidade de São Paulo por estarmos vivendo esse momento, que é
943 resultado de muito empenho, muita reflexão e discussão. O Movimento Negro é
944 o principal responsável pelo fato de termos a oportunidade de assumirmos a
945 nossa responsabilidade, exercermos o nosso dever moral e político de combater
946 o racismo estrutural que caracteriza a nossa Universidade. Muitos parabéns a
947 essas pessoas que têm nos instado e nos obrigado a fazer isso. E muitos
948 parabéns à Reitoria pelo fato de fazê-lo de modo tão corajoso e procurando uma
949 medida que seja objetiva, que atenda a possibilidade do momento. E é nesse
950 sentido que eu gostaria de fazer a defesa da proposta. Como o Prof. Pedro e o
951 Prof. Celso disseram, temos uma proposta aprovada por unanimidade em ambas
952 as Comissões assessoras do Conselho Universitário, não porque seja a proposta

953 com que todos nós concordamos, mas porque é a proposta que é possível
954 construir, que no consenso, acreditamos que seja possível aprovar para avançar,
955 neste momento. A proposta que, claro, não é uma regulamentação perfeita, por
956 exemplo, porque vai devagar demais na abertura para pessoas PPI no nosso
957 corpo docente. Mas, permite alguma abertura pelo sistema de bonificação, numa
958 equação que terá um efeito muito pequeno no caso dos concursos docentes;
959 terá um efeito muito tímido, mas poderá ter algum efeito. Teria sido melhor, no
960 meu ponto de vista, se tivéssemos cotas que assegurassem, mais rapidamente,
961 a presença dessas pessoas no corpo docente. Teria sido uma legislação melhor
962 se ela assegurasse, não apenas uma pessoa PPI nas bancas, mas duas, como
963 a proposta trazida pela Pró-Reitoria assinalava. Especialmente a questão da sua
964 aplicação para concursos com menos de três candidatos, ela copia exatamente
965 a regra da legislação federal. Temos estudo na FDRP acerca disso e a revisão
966 da literatura mostra que a dificuldade de efetividade da política de equidade racial
967 da contratação de PPIs nos concursos docentes federais, resulta exatamente do
968 fato de grande parte desses concursos serem sempre, em regra, concursos com
969 menos de três pessoas. Assim, na medida em que seguimos nessa regra, temos,
970 quase sempre, concursos com apenas uma vaga, não teremos esse mecanismo
971 mais efetivo, que se percebe hoje, como sendo aquele que funcionaria melhor.
972 Nesse sentido, M. Reitor, houve uma alteração na regra, uma correção proposta
973 pelo Prof. Carlotti, que retirou da minuta inicialmente aprovada pela CAA e pela
974 CLR, a possibilidade de reunirmos as vagas. Considero que isso tornou a
975 legislação mais imperfeita. No caso da FDRP, por exemplo, estávamos
976 discutindo a possibilidade de reunir as vagas que temos, assegurando a
977 excelência no processo seletivo, garantindo a aplicação da cota. Isso seria
978 possível na FDRP. Gostaria de fazer um destaque, propondo que se considere
979 a reinserção dessa possibilidade, para que as Congregações, no seu melhor
980 juízo, apreciando a circunstância concreta, possam, na análise daquela área,
981 naquela que é a sua área de especialidade, decidir se é o caso de reunir os
982 concursos ou não. Gostaria de fazer o encaminhamento pela aprovação, mas
983 gostaria que isso fosse objeto de uma votação a parte. Não é a posição do Reitor,
984 conheço as suas preocupações com respeito a isso, mas gostaria que a FDRP
985 tivesse a possibilidade de fazer essa junção. Tenho certeza que a nossa
986 Congregação se empenhará para que isso seja feito garantindo a excelência.”

987 **Cons. Samuel Ribeiro Filipini**: “Gostaria de me manifestar fazendo coro e
988 concordando com as falas que me antecederam. Fui bastante contemplado
989 pelas principais falas aqui. Faço apenas uma ressalva interessante. Por meio da
990 reserva de vagas para negras e negros, poderíamos iniciar uma abertura da
991 Universidade para um ambiente menos hostil às pessoas negras, construindo
992 formas efetivas de combate às múltiplas manifestações de racismo e
993 discriminação racial, oferecendo representatividade e escuta em relação a
994 estudantes negras e negros e colaborando para que alcancemos um percentual
995 mais equilibrado, configurando a população negra em relação ao Estado de São
996 Paulo e ao Brasil, de um modo geral.” **Cons. Adrian Pablo Fanjul**: “Gostaria de
997 externar a alegria que é para a nossa Faculdade, que em determinado momento,
998 inclusive, emitiu uma nota propondo que a Universidade pensasse um
999 mecanismo de ações afirmativas nos concursos. Assim, é uma grande alegria
1000 que estejamos dando este passo tão importante. Irei propor duas emendas,
1001 tentando, digamos, levar a letra mais concreta a várias coisas que estão sendo
1002 aqui propostas. Por um lado, sobre o parágrafo 3º do artigo 5º, ao qual acaba de
1003 se referir o colega de Ribeirão Preto e ao qual também se referiu o discente Túlio.
1004 Notei, conversando com a Vice-Diretora, a qual está representando a Faculdade
1005 neste momento, que entre o modo como foi expressado na minuta da Pró-
1006 Reitoria de Inclusão e Pertencimento e, após, na passagem para a Resolução,
1007 já houve uma mudança, porque para os concursos com menos de três vagas, a
1008 deliberação da PRIP propunha a agregação de vagas, de um modo menos
1009 preciso. Porém, como apareceu no parágrafo 3º da Resolução, que
1010 posteriormente foi retirado - que o M. Reitor está propondo retirar - e que vários
1011 Conselheiros aqui propuseram que se mantivesse. Temos o problema de que
1012 está expressado como reunião de vagas em concurso único. E sabemos que do
1013 modo como ocorrem os concursos docentes, não é possível realizarmos um
1014 único concurso para várias áreas. Não é possível, seja pela Banca, seja pelo
1015 Programa. Assim, uma redação que estou propondo seria a seguinte, para este
1016 parágrafo 3º do artigo 5º: no caso do parágrafo anterior, fica facultada à
1017 Congregação ou Órgão equivalente, deliberar pela reserva de uma proporção
1018 das vagas para o conjunto de concursos previstos para cada ano. Isto vai na
1019 linha do que, em algum momento, propôs o grupo de docentes negros e negras
1020 da USP, em carta encaminhada à Reitoria, em novembro do ano passado. Ao

1021 propor esta emenda, também faço uma pergunta. Se eu entendi o que o Prof.
1022 Dallari explicou, a CLR evitou a ideia de reserva de vagas para os concursos
1023 com menos de três vagas, pois haveria algum tipo de óbice jurídico.
1024 Paralelamente, observamos que a PUC está fazendo concursos com uma vaga,
1025 abertos unicamente para PPIs. Se aplicarmos na emenda uma proposta como
1026 esta que estou trazendo - de que do conjunto das vagas de concursos que uma
1027 Unidade terá durante um ano, seja reservada uma porcentagem para PPIs -
1028 inevitavelmente, algum desses concursos será aberto somente para candidatos
1029 PPIs. Algo que deve ficar claro, para verificarmos se faz sentido ou não, que
1030 discutamos isso, é se existe algum óbice jurídico para isso, se isso é ilegal.
1031 Gostaria que a CLR nos dissesse algo a respeito, pois foi o que entendi a partir
1032 da fala do Prof. Dallari. Outra emenda que proponho é referente ao artigo 4º,
1033 sobre a composição das Bancas. A princípio, penso que poderia retornar a
1034 proposta de 'ao menos dois membros PPIs', como veio originalmente da PRIP,
1035 com a ressalva do inciso posterior, de que no caso em que isso não seja possível,
1036 tem de haver uma justificativa. Da mesma forma que haveria a justificativa para
1037 um, que haja para dois, que isso esteja na norma." **Cons. Pedro Vitoriano de**
1038 **Oliveira**: "Estou aqui como representante da CAA e parabeno a PRIP pela
1039 proposta. Tantas pessoas envolvidas, tanto da Reitoria quanto da PG, auxiliando
1040 na elaboração. Sigo o que o Prof. Campilongo comentou, bem como o que o
1041 Reitor expôs na sua apresentação. Na CAA, nos debruçamos sobre o assunto
1042 e, efetivamente, é inegável - e creio que ninguém aqui discorda que é necessário
1043 e fundamental termos uma política de inclusão. Concordo também com o Prof.
1044 Nuno. A forma, talvez, tenha que ser melhorada e adaptada por nós ao longo do
1045 tempo, mas, no momento, é o que efetivamente temos para apresentar - estamos
1046 apresentando e temos que assumi-la. Na CAA, os pontos que apresentamos -
1047 sobre os quais o Cons. Túlio e alguns outros colegas levantaram dúvidas - foram
1048 levantados pela nossa Comissão, após avaliação do processo. Levantamos três
1049 pontos, especificamente. Com relação ao § 3º do artigo 5º, ficamos em dúvida.
1050 Tanto que fizemos uma sugestão muito sutil. Primeiramente, sabemos que é
1051 muito difícil aplicar os 20% a duas ou uma vaga, efetivamente, mas gostaria que
1052 os senhores refletissem sobre o seguinte: preocupa-me a junção de vagas,
1053 sobretudo com relação ao que o Prof. Adrian falou. Os concursos não são
1054 idênticos, não abrimos vagas para concursos idênticos. Assim, informo que a

1055 CAA fez a avaliação dessa solicitação do Reitor e eu fiz o *ad referendum*,
1056 consultando todos os membros da Comissão. A nossa preocupação é,
1057 sobretudo, se com essa dinâmica de juntar vagas, ocorrer o atraso da execução
1058 de alguns concursos que sejam fundamentais e necessários. Sabemos que,
1059 muitas vezes, recebemos vagas específicas e ‘picadas’. Este pode ser um ponto
1060 bastante importante. Um segundo ponto, Cons. Túlio, quando colocamos o limite
1061 ‘10’ para nota, pensamos no Regimento Geral, que determina a nota mínima de
1062 ‘7’, mas não fala em nota máxima. Assim, como colocado pelo Prof. Maurício, é
1063 importante que cada Unidade tenha, no seu regulamento, qual é a nota máxima.
1064 De qualquer forma, se aquele cálculo superar essa nota máxima, temos sempre
1065 de delimitar uma nota de corte. Considero também que é extremamente
1066 importante que, ao longo desse período, como proposto pela PRIP, façamos,
1067 continuamente, uma avaliação. Essa avaliação, numa janela de três anos, pode
1068 ser pequena demais, visto que estas ações não se aplicam e não perceberemos
1069 isso em um tempo muito curto. Tenho feito uma avaliação que, se os senhores
1070 pararem para pensar, as nossas ações de inclusão para os estudantes que
1071 findaram a partir de 2022, veremos um reflexo significativo daqui a cinco ou dez
1072 anos. Assim ocorrerá em um processo como esse, não será de imediato que
1073 observaremos essa mudança significativa, mas temos que ter essa ação positiva
1074 neste momento. Desta forma, a CAA foi favorável. Creio que, manter a posição
1075 do Reitor e retirar o § 3º do artigo 5º seja o melhor nesse momento, sobretudo
1076 para situações em que podemos ter problemas de concursos postergados, por
1077 conta de atingir, se a Unidade efetivamente determinar, algum tipo de junção de
1078 vagas para que ocorra o concurso com mais de três candidatos. Parabéns, M.
1079 Reitor, pela proposta. A CAA vota favoravelmente.” **Cons. Eugenio Fernandes**
1080 **Queiroga**: “Sou suplente da representante da Congregação da FAU. O que
1081 conseguimos trabalhar nestes poucos dias, no âmbito da Congregação,
1082 podemos trazer aqui como um apoio muito forte à proposta iniciada na Pró-
1083 Reitoria e consolidada na Reitoria. Este apoio é para que votemos ‘sim’ hoje,
1084 mas com o retorno do § 3º do artigo 5º. Quero reler o parágrafo, que diz: ‘no caso
1085 do parágrafo anterior’ - que se refere aos concursos de uma ou duas vagas –
1086 ‘fica facultado à Congregação, Conselho Deliberativo ou Órgão equivalente,
1087 deliberar pela reunião de vagas em concurso único’. Ou seja, não fica obrigado
1088 a se proceder essa junção. Advogando em prol dessa possibilidade, ficar

1089 facultado não significa que será realizado, mas 'a possibilidade de', pois as
1090 Unidades são muito distintas. O que o Prof. Pedro - que me antecedeu - falou,
1091 deve ser perfeito para o Instituto de Química. Mas, no caso da FAU, talvez alguns
1092 concursos até possam ser interdepartamentais, pois cada departamento não
1093 corresponde a um curso. A FAU tem dois cursos - Arquitetura e Urbanismo e o
1094 curso de Design; três departamentos da FAU alimentam os dois cursos. Assim,
1095 uma vaga do departamento de Tecnologia para o curso de Design pode, sim, se
1096 associar a duas outras vagas - estou falando de um caso concreto que será feito
1097 este ano - para o mesmo curso de Design, só que de outro departamento.
1098 Parece-me oportuno que essa riqueza da interdepartamentalidade que se coloca
1099 dentro de um campo de saber - no caso, o Design - permite que duas vagas de
1100 um departamento e uma do outro sejam feitas em um único concurso. E isso
1101 somente será possível se tivermos a manutenção do § 3º do artigo 5º que,
1102 lembro, não obriga, mas faculta. Essa é a única ressalva que, no momento,
1103 faríamos a esta proposta final de Resolução." **M. Reitor:** "Farei alguns
1104 comentários, os quais deixei para fazer no final. Começo pela última sugestão,
1105 explicando que as Congregações já podem fazer isso. Não precisa estar escrito
1106 que pode fazer. Se a Unidade recebeu três vagas, a Congregação pode juntar
1107 estas três vagas para um concurso. Não quis colocar na Resolução para que a
1108 artificialidade não começasse a acontecer. Na minha área, por exemplo,
1109 podemos juntar Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia e Cirurgia em um
1110 concurso único, mas isso não dará certo. Mas, nas Unidades em que seja
1111 conveniente juntar, podem fazê-lo. Não precisa estar escrito na Resolução, isso
1112 já é possível. O que eu solicitei para retirar é porque daria confusão com o que
1113 foi comentado com o Prof. Adrian. Abrir um concurso para Letras, História e
1114 Geografia, informando que é um concurso único, mas, na verdade, são três
1115 concursos e cada um faria uma coisa. Assim, reitero, se a Unidade desejar juntar
1116 três vagas e realizar um único concurso, isso já é possível, não havendo a
1117 necessidade de estar escrito na Resolução. Desta forma, Prof. Eugenio, o que o
1118 senhor comentou já pode ser realizado na FAU. Os nossos concursos já
1119 permitem fazê-lo. Nossa legislação não está fazendo uma legislação para
1120 professor, professor titular e servidor, a legislação é geral, está se baseando no
1121 número de vagas. Quem quiser abrir cinco vagas para Cirurgia, abre cinco vagas
1122 e você utilizará essa postura. Repito, não é necessário estar escrito na

1123 Resolução. Agora, o que o Prof. Adrian comentou, entendo que geraria muita
1124 confusão pegar três concursos diferentes - que não é o que está escrito na
1125 Resolução. O que estava escrito no § 3º do artigo 5º já é permitido, por isso eu
1126 solicitei que fosse retirado. O que o Prof. Adrian comentou, nunca chegou a ser
1127 discutido. Entendo que seria muito ruim cada Unidade fazer uma política
1128 diferente. O que está escrito na Resolução uniformiza para todos e,
1129 conseqüentemente, todos ficam mais tranquilos, se pode ou não é algo baseado
1130 em uma postura da Universidade, ao invés de cada Unidade fazer uma política
1131 separada. Isso seria muito ruim, até para o entendimento das pessoas. Então,
1132 podem fazer, não vejo a necessidade de retornar este artigo, por ser algo que já
1133 é permitido. Geraria confusão se as pessoas interpretassem que concursos
1134 separados pudessem ser juntados em um único concurso. Tem três bancas, três
1135 editais, entendo que ficaria confuso, por isso quis retirar este artigo. Com relação
1136 ao número de bancas, um ou dois, considero que dois é muita coisa,
1137 sinceramente. Para começarmos com dois membros por banca, teremos mais a
1138 justificativa do que a realidade de ter, mas isso é percepção. Como eu não tenho
1139 nada para justificar o 'um', não tenho nada para justificar o 'dois'. De onde surgiu
1140 o número dois? De qual trabalho surgiu o número dois? Não tenho, foi um
1141 número aleatório. Era minha opinião, começar com um por banca. Se isso
1142 começar a ser frequente, depois se aumenta para dois. Mas, prefiro isso do que
1143 começar com dois e, em toda banca, informar que não tem dois, mas somente
1144 um ou nenhum. Ficaria muito confuso e, conseqüentemente, seria demorado. Se
1145 começarmos a ter muitas negativas, demoraria, pois alguém analisará a
1146 justificativa, devolverá para a Unidade, e somente poderá ter a banca quando
1147 tiver uma justificativa da Unidade. Com relação a 'até três anos', comentado pelo
1148 Cons. Túlio, podemos votar isso como destaque, 'três anos ou até três anos'.
1149 Sobre o § 3º do artigo 5º, já comentei. Sobre a proposta da Cons.^a Rosa, não li
1150 um documento oficial sobre se a PUC está realmente fazendo desta forma. Li
1151 em um jornal que eles estariam fazendo isso, mas não confirmei essa
1152 informação. Fazer todo concurso, até atingir 37,5% somente para candidatos PPI
1153 - foi o que li no jornal. E tem o comentário do Prof. Pedro, ele tem sérias dúvidas
1154 se é legal ou não fazermos essa diminuição de possibilidades de candidaturas.”
1155 **(Conselheiros falam fora do microfone) M. Reitor:** “Considero que, no
1156 momento, não teríamos condições de fazer essa política na Universidade.

1157 Certamente, isso seria judicializado e os concursos seriam interrompidos. O que
1158 estamos fazendo, utilizar uma legislação estadual de um lado, utilizar uma
1159 legislação federal por outro lado, nos dá segurança, é um passo importante.
1160 Pode não ser um passo tão grande quanto algumas pessoas gostariam, mas é
1161 um passo maior do que algumas pessoas gostariam que estivesse acontecendo
1162 também. Precisamos ser realistas quando enxergamos toda a Universidade. O
1163 Prof. Adrian falou em 'vagas somente', entendo que ficaria confuso, não se trata
1164 do que estava escrito no § 3º. Fazermos como a Cons.^a Rosa sugeriu, como a
1165 PUC está fazendo, também entendo que seria muito complicado, tanto do ponto
1166 de vista legal, quanto do ponto de vista de apoio da comunidade. Ficaria para
1167 votarmos, como destaque, pelo que estou entendendo neste momento, a banca
1168 com um ou dois membros. Isso realmente é um destaque que pode ser votado.
1169 Sobre os demais pontos, eu votaria como a proposta foi apresentada. Eu
1170 colocaria em votação a proposta e daria o destaque do 'um' ou 'dois' membros -
1171 *caput* do artigo 4º. E a questão de 'três anos' ou 'até três anos' - § 2º do artigo
1172 9º. Alguém tem um encaminhamento diferente deste que estou fazendo? Não
1173 tendo, vamos votar a proposta. 'Sim' é pela proposta da CLR, pela
1174 implementação dessa proposta." **(Cons.^a Rosa fala fora do microfone) M.**
1175 **Reitor**: "Estamos falando da banca do concurso, não da banca de
1176 heteroidentificação. Votaremos a proposta e mais dois destaques." **(Cons.^a**
1177 **Rosa fala fora do microfone). Cons.^a Rosa Baptista Faustino Miranda**:
1178 "Esclarecendo um pouco a minha dúvida, fiquei em dúvida porque discutimos
1179 sobre os institutos tomarem a liberdade de reunir os concursos que abrirem para
1180 apenas uma vaga." **M. Reitor**: Isso pode." **Cons.^a Rosa Baptista Faustino**
1181 **Miranda**: "Sim, isso pode. Queria apresentar mais um destaque para não deixar
1182 à cargo e à liberdade do Instituto e sim como uma obrigatoriedade para garantir
1183 de fato que aconteça a reserva de vagas, porque quando deixamos em aberto
1184 para os Institutos tomarem as decisões, pode ser que algum não irá tomar essa
1185 decisão e a bonificação ficará a cargo deles." **M. Reitor**: "Não entendi o
1186 destaque." **Cons.^a Rosa Baptista Faustino Miranda**: "O destaque é que se
1187 torne obrigatório que no caso de concurso de apenas uma vaga, o Instituto que
1188 tenha três concursos de uma vaga só em vista, junte esses concursos. Em vez
1189 de ser uma liberdade que o Instituto possa tomar ou não seja uma
1190 obrigatoriedade." **M. Reitor**: "Uma obrigatoriedade de fusão de vagas em qual

1191 situação? Vou te dar o meu exemplo. Uma vaga para Neuro, uma vaga para
1192 Clínica Médica, uma vaga para GO, uma vaga para Patologia e uma vaga para
1193 Farmacologia. Nesse exemplo, a minha unidade recebeu quatro vagas, mas cada
1194 uma é para uma coisa não dá para obrigarmos a Unidade a fazer um concurso
1195 só para Cirurgia, Clínica Médica, GO e Farmacologia, na sua redação daria a
1196 entender que isso poderia ser feito. O que pode ser feito é: se tivermos três vagas
1197 para GO, aí juntamos as três vagas para GO, agora, fazer a obrigatoriedade de
1198 junção por uma Unidade que recebeu um número de vagas, não tem sentido,
1199 nem acadêmico e nem jurídico, como o Pedro Dallari falou.” **Cons.ª Rosa**
1200 **Baptista Faustino Miranda**: “Tudo bem. O destaque é em caso de possibilidade
1201 de unir.” **M. Reitor**: “Mas já pode.” **Cons.ª Rosa Baptista Faustino Miranda**: “É
1202 que o poder não é obrigatoriedade, o que queremos é que seja obrigatório para
1203 que se garanta que nesses concursos haja, de fato, a reserva de vagas.” **M.**
1204 **Reitor**: “Vejo dificuldade em fazer isso. Vou te dar mais um exemplo - e quem
1205 está aqui da Medicina irá entender o que estou falando. Quando você fala
1206 Cirurgia pode ser Neurocirurgia, Urologia, pode ser Gastroenterologia, pode ser
1207 Proctologia, estou citando o meu Departamento, Terapia Intensiva, e aí é para o
1208 mesmo departamento, mas você precisa abrir várias vagas, porque a área de
1209 conhecimento dentro do departamento é diferente. Acho melhor deixar para as
1210 Congregações fazerem esse julgamento, se elas acharem que dá para fazer,
1211 elas fazem. E tenho certeza que elas olharão a parte acadêmica melhor do que
1212 se o Conselho Universitário decidir do seu jeito. Pode ser que eu acerte alguma
1213 situação, pode ser que eu erre em alguma situação, prefiro contar com a
1214 inteligência das Congregações do que com uma imposição que eu não sei bem
1215 o que estou impondo para as Unidades.” **Cons.ª Rosa Baptista Faustino**
1216 **Miranda**: “Entendi que não irá entrar em destaque, mas gostaria inclusive de
1217 pontuar que estamos contando com a inteligência das Congregações, mas
1218 também, com o racismo que existe dentro delas.” **M. Reitor**: “Iremos votar
1219 mantendo do jeito que estou propondo, que é retirar o § 3º do artigo 5º.
1220 Precisamos votar, senão ninguém vai ter salário o mês que vem, é só isso não
1221 fiquem preocupados, ficaremos aqui até à noite porque já temos dezenove falas,
1222 acho que não tem ninguém aqui que não esteja sabendo o que vou colocar em
1223 votação.” **Cons. Tulio Ferreira Leite da Silva (fala fora do microfone)**:
1224 “Professor, o senhor poderia apenas formalizar, pode ser por e-mail, as várias

1225 atividades nas Congregações. O que estamos percebendo, eventualmente, é
1226 que está tendo algum tipo de confusão, porque existem universidades federais
1227 que conseguem unir as vagas sem que haja confusão de edital. Você reúne a
1228 vaga, não faz o edital para as outras vagas. Não sei como é que funciona, se o
1229 senhor conseguir formalizar essa parte da atividade, nós da APG, nos
1230 responsabilizamos, inclusive para fazer o levantamento desses dados e mostrar
1231 como a reunião das vagas é feita em outros lugares e trazemos na próxima
1232 reunião.” **M. Reitor**: “Túlio, isso já pode. Não preciso falar o óbvio. Se alguma
1233 unidade quiser fazer um concurso com 10 vagas, faz. Hoje já é assim, não
1234 preciso falar do óbvio.” **Dr.^a Adriana Fragalle Moreira (PG)**: “Apenas um
1235 esclarecimento de ordem formal. Sobre essa preocupação do Túlio que esteja
1236 publicizada essa facultatividade, aponto que no despacho de encaminhamento
1237 do Prof. Carlotti sugerindo que fosse retirado, ele escreve que na verdade a
1238 sugestão é porque a Congregação já tem a competência de reunir ou não, de
1239 forma que no despacho essa facultatividade já está formalizada e a PG pode
1240 publicizar.” Nesta oportunidade, o **M. Reitor** lê a justificativa do despacho – ‘Com
1241 efeito, a definição da forma de organização dos concursos, a aprovação do
1242 programa, a proposta de distribuição das vagas ou mesmo a realização de
1243 concurso supradepartamental já é atribuição da Congregação ou órgão
1244 equivalente’, e passa à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o
1245 seguinte resultado: Sim = 98 (noventa e oito) votos; Não = 1 (um) voto;
1246 Abstenções = 1 (um) voto; Total de votantes = 100 (cem). São aprovados os
1247 pareceres da CAA e CLR, favoráveis à minuta de Resolução que inclui e altera
1248 dispositivos do Regimento Geral da USP para adoção de política afirmativa para
1249 pretos, pardos e indígenas em concursos públicos para provimento de cargos de
1250 docentes na Universidade de São Paulo e à minuta de Resolução que
1251 regulamenta o artigo 126-A do Regimento Geral e baixa parâmetros para a
1252 efetivação de política afirmativa para pretos, pardos e indígenas em concursos
1253 públicos para provimento de cargos de docentes e para processos seletivos de
1254 admissão de servidores técnicos e administrativos na Universidade de São
1255 Paulo. **M. Reitor**: “Agora iremos votar os dois destaques apresentados. O
1256 primeiro seria manter o *caput* do artigo 4º como está ou alterar para ‘As
1257 Comissões Julgadoras de concursos e de processos seletivos de contratação de
1258 docentes por tempo determinado serão compostas buscando, sempre que

1259 possível, a diversidade racial na indicação dos nomes, com ao menos 2 (dois)
1260 membros autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.’ Quem votar ‘Sim’ estará
1261 votando pelo texto original aprovado e quem votar ‘Não’ estará votando pela
1262 alteração.” **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim
1263 = 76 (setenta e seis) votos; Não = 26 (vinte e seis) votos; Abstenções = 0; Total
1264 de votantes = 102 (cento e dois). É mantido o texto original do *caput* do artigo 4º.
1265 **M. Reitor:** “Agora votaremos o segundo destaque, que seria manter o § 2º do
1266 artigo 9º como está ou alterar para ‘Ao final do período de até 3 (três) anos e a
1267 partir dos relatórios produzidos, a presente política afirmativa será reanalisada
1268 junto ao Conselho Universitário, ratificando-a ou promovendo-se reformas que
1269 se mostrem cabíveis.’ Quem votar ‘Sim’ estará votando pelo texto original
1270 aprovado e quem votar ‘Não’ estará votando pela alteração.” **Votação.** Pelo
1271 painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 49 (quarenta e nove)
1272 votos; Não = 39 (trinta e nove) votos; Abstenções = 0; Total de votantes = 88
1273 (oitenta e oito). É mantido o texto original do § 2º do artigo 9º. **M. Reitor:**
1274 “Encerrada as votações desse item, agradeço a colaboração de todos, agradeço
1275 a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, agradeço a Procuradoria Geral pela
1276 ajuda e as CLR e CAA pela colaboração durante todo o período que estávamos
1277 desenvolvendo esse projeto. Muito obrigado.” A seguir, o **M. Reitor** inverte a
1278 pauta, passando à discussão do item **3 - CRIAÇÃO DE CENTRO DE ESTUDO**
1279 **- 3.1 - PROCESSO 2023.1.2272.1.0 - REITORIA DA USP** - Minuta de
1280 Resolução que cria o Centro Observatório das Instituições Brasileiras – COI
1281 (Center Observatory of Brazilian Institutions – COI) vinculado ao Gabinete do
1282 Reitor e dá outras providências, encaminhada pelo Magnífico Reitor, Prof. Dr.
1283 Carlos Gilberto Carlotti Junior (14.03.23). **Parecer PG nº 00366/2023:** aponta
1284 que a motivação para a criação do Centro está presente nos autos, cumprindo
1285 assim requisito indispensável à atuação administrativa. Informa que a proposta
1286 de Resolução que cria o referido Centro, prevê, ainda, as seguintes
1287 características estruturais básicas: vinculação ao GR; serviços de
1288 apoio/secretariado fornecidos pela Reitoria; Comitê Gestor composto pelo
1289 Presidente, Vice-Presidente e mais 6 membros, dentre professores ou
1290 pesquisadores; Coordenador e Vice-Coordenador com assento e voz no Comitê
1291 Gestor, mas sem direito de voto; possibilidade de criação de Comitê Consultivo
1292 e de Comissões Temáticas; e nomeações pelo Reitor com mandatos de 2 anos,

1293 admitidas reconduções. Assim, embora o Centro em exame se assemelhe aos
1294 demais Centros vinculados ao Gabinete do Reitor já criados, este possui
1295 estrutura diversa prevendo atribuições próprias do Presidente e Vice-Presidente
1296 do Comitê Gestor (funções não remuneradas) que não se confundem com as
1297 competências atribuídas ao Coordenador e Vice-Coordenador (com funções
1298 executivas destacadas no Artigo 4º da minuta). Lembra que sob o aspecto
1299 material, conforme já destacado nos pareceres que analisaram os outros
1300 Centros vinculados ao GR já criados - "a criação de centros encontra previsão
1301 no artigo 250 do Regimento Geral. Embora o referido dispositivo mencione a
1302 criação de centros por Unidades de Ensino, parece-nos que a melhor
1303 interpretação da norma se dá em um sentido não excludente de outras
1304 conformações de centros, mormente em hipóteses - como a tratada nos autos -
1305 em que a criação de um centro vinculado à Reitoria objetiva que suas atividades
1306 perpassem diversas Unidades, órgãos, áreas do conhecimento e mesmo
1307 transbordem das fronteiras da própria USP". Aponta que o artigo único das
1308 disposições transitórias da minuta de Resolução, determina ao Comitê Gestor,
1309 uma vez constituído, o prazo de 60 (sessenta) dias para encaminhar proposta
1310 de Regimento Interno, a ser aprovado pela CLR, onde haverá oportunidade de
1311 que as particularidades do funcionamento do Centro sejam detalhadas. Sugere
1312 a inserção de um § 3º no artigo 2º da minuta de Resolução com a seguinte
1313 redação: O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e
1314 impedimentos, além de outras atribuições que lhe podem ser designadas
1315 (17.03.23). **Manifestação do DRH:** em consonância com a estrutura dos demais
1316 Centros já instituídos junto ao GR, o Centro Observatório das Instituições
1317 Brasileiras será formado pelas funções de Coordenador de Centro de Estudos
1318 (representação de 50%) e de Vice-Coordenador de Centro de Estudos
1319 (representação de 45%). Em relação aos aspectos financeiros, a implantação da
1320 estrutura organizacional para o Centro Observatório das Instituições Brasileiras
1321 gera um acréscimo nos custos da Universidade com verba de representação no
1322 valor mensal de R\$ 10.375,37 e anual de R\$ 124.504,42 já considerados os
1323 encargos patronais e a previsão de férias e 13º salário, em valores atuais de
1324 representação (março de 2022), conforme tabela anexa nos autos, havendo, em
1325 relação ao número total de funções de estrutura, um aumento de 02 (duas)
1326 funções (03.04.23). **Manifestação da CODAGE:** o Coordenador informa que os

1327 recursos onerarão a alínea “Programas e Investimentos Estratégicos” da Reitoria
1328 (17.04.23). **Parecer da COP:** aprova o parecer do relator, favorável à criação do
1329 Centro Observatório das Instituições Brasileiras – COI (Center Observatory of
1330 Brazilian Institutions – COI), alterando a estrutura organizacional do Gabinete do
1331 Reitor, com o aumento de duas funções de estrutura, nos termos propostos pelo
1332 DRH, e propondo que, bienalmente, a Comissão de Atividades Acadêmicas –
1333 CAA analise os relatórios de atividades do Centro (09.05.23). **Parecer da CLR:**
1334 aprova o parecer do relator, favorável à minuta de Resolução que cria o Centro
1335 Observatório das Instituições Brasileiras – COI (Center Observatory of Brazilian
1336 Institutions – COI) vinculado ao Gabinete do Reitor e dá outras providências
1337 (10.05.23). **Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari:** “Tendo em vista que o
1338 Prof. Campilongo teve que se ausentar, vou substituí-lo. O que está em votação
1339 é a proposta de criação do Centro Observatório das Instituições Brasileiras.
1340 Trata-se de uma proposta de estrutura de Centro de Estudos à semelhança de
1341 quatro propostas que já foram aprovadas por este Conselho Universitário em
1342 sessão anterior, o Centro de Estudos em Tecnologias Convergentes para
1343 Ancologia de Precisão, o Centro de Estudos Amazônia Sustentável, o Centro
1344 de Agricultura Tropical Sustentável e o Centro de Estudos de Carbono e
1345 Agricultura Tropical. Essas quatro propostas já foram aprovadas anteriormente
1346 e o que está sendo apresentado é uma quinta proposta que é a criação de um
1347 Observatório das Instituições Brasileiras. As cinco propostas são Centros de
1348 Estudos que se diferenciam dos NAPs e dos NACEs porque tem um caráter mais
1349 abrangente na temática específica do centro, de iniciativas de pesquisa, de
1350 cultura e extensão e de ensino, de caráter interdisciplinar e são vinculados
1351 diretamente à Reitoria, diferentemente dos NAPs e dos NACEs que são
1352 vinculados às Pró-Reitorias. Essa proposta de Observatório das Instituições
1353 Brasileiras surgiu no evento do ano passado ‘USP Pensa Brasil’, sob a condução
1354 da nossa Vice-Reitora, em diálogo com um professor dessa Universidade à
1355 época ministro do Supremo Tribunal Federal, Enrique Ricardo Lewandowski, e
1356 tem as mesmas características das outras quatro. O parecer da CLR, tendo em
1357 vista inclusive esse padrão de decisão anterior, é no sentido da aprovação da
1358 proposta da Reitoria.” **M. Reitor:** “Esse é um Centro que, como o Pedro falou,
1359 teve início no ‘USP Pensa Brasil’ e o objetivo é realmente esse, quero dizer,
1360 pensar as questões do estado brasileiro, as grandes questões do estado

1361 brasileiro, como democracia, representatividade, e poder gerar documentos para
1362 a sociedade, para a formulação de políticas públicas ou para órgãos públicos
1363 que queiram trabalhar com alguma temática relacionada, então aumenta a
1364 contribuição da Universidade com a sociedade, qualifica essa contribuição.
1365 Teremos, tanto a Prof.^a Maria Arminda como o Prof. Lewandowski à frente desse
1366 Observatório, e acho que com o Prof. Lewandowski deixando o Supremo
1367 Tribunal, como fez recentemente, ele ainda tem muito a contribuir para esse país.
1368 Acho que seria uma união de dois professores da universidade que têm uma
1369 história de vida bastante interessante, com colaborações anteriores e poderiam
1370 ser esse elo de ligação da Universidade com o setor civil, com as entidades
1371 representativas e outros órgãos que eventualmente quiserem discutir algum
1372 problema. Então, pode partir do Centro alguma discussão ou ele pode ser
1373 provocado por um agente externo e fazer alguma discussão e depois responder
1374 a esse Centro, assim que vejo o funcionamento desse Centro, o Prof.
1375 Lewandowski tem uma penetração na sociedade bastante grande e acho que
1376 ele vai poder colaborar não só com as opiniões pessoais dele, mas encontrando
1377 pessoas dentro da USP e fora da USP que possam colaborar com aquele
1378 assunto que está sendo discutido. Esse é o grande objetivo do Centro. Quando
1379 fizemos a proposta me perguntaram se não teria uma sobreposição com
1380 atividades do IEA. Acho que não, porque o IEA pensa o futuro, pensa a
1381 Universidade fora do seu tempo, tem temáticas mais voltadas para o futuro do
1382 que esse Centro que tem uma política, um pensamento muito atual.” **Vice-**
1383 **Reitora**: “Como é que esse centro surgiu. A ideia desse Centro surgiu no bojo
1384 do projeto USP Pensa Brasil, que é um projeto arrojado para que a Universidade
1385 de São Paulo possa tratar de questões fundamentais para a vida política, social,
1386 econômica, enfim, jurídica desse país, e no bojo também da proposta da Reitoria
1387 de criar centros avançados de pesquisa e de reflexão, foi construído esse centro
1388 que é um observatório das instituições brasileiras e que não tem nenhum conflito
1389 com o IEA, são instâncias completamente diversas, porque primeiro que o centro
1390 tem uma relação com a pauta existente na sociedade brasileira, mas ele tem
1391 uma perspectiva que é projetiva de pensar cenários futuros, não é o caso
1392 digamos das atividades desenvolvidas no IEA. É claro que ele tem um caráter
1393 de pesquisa, mas eminentemente um caráter político, porque ele está ligado,
1394 não a política partidária, longe disso, mas de reflexão política sobre esse país,

1395 uma reflexão que envolva a compreensão das instituições brasileiras e as suas
1396 formas de funcionamento. Portanto, de outro lado, ele está sintonizado com o
1397 Regimento Geral, inclusive da Universidade, que prevê a criação de centros que
1398 sejam centros de pesquisa e de reflexão. Acho que esse Centro é um verdadeiro
1399 avanço, porque se pensarmos os outros Centros que este Conselho Universitário
1400 já aprovou, todos muito relevantes, como o da Amazônia, Meio Ambiente e
1401 outros, este é o único Centro que tem um projeto que congrega não só as áreas
1402 das Ciências Naturais e da Tecnologia, mas as chamadas áreas Jurídicas das
1403 Humanidades. Este é o único - e acho interessante porque quando os outros
1404 centros foram aprovados, não se pensou que eles poderiam também ter uma
1405 sobreposição, porque o IEA tem grupos que tratam de meio ambiente, que tratam
1406 da Amazônia, então, quando é um centro de instituição que pensa instituições,
1407 falam 'será que não se está estabelecendo uma sobreposição?' Mas nenhuma
1408 é mais uma das atividades da Universidade na sua conexão com a vida social
1409 brasileira. Hoje fizemos uma aprovação importantíssima, que são as ações
1410 afirmativas para concursos, que é uma relação também avançada. Mesmo que
1411 não seja o gosto de todo mundo, a Universidade se moveu nessa direção. Um
1412 Centro como esse também é da mesma natureza, só que em outra área.”
1413 Ninguém querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.**
1414 Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 82 (oitenta e dois)
1415 votos; Não = 0; Abstenções = 1 (um) voto; Total de votantes = 83 (oitenta e três).
1416 São aprovados os pareceres da COP e CLR, favoráveis à Resolução que cria o
1417 Centro Observatório das Instituições Brasileiras – COI (Center Observatory of
1418 Brazilian Institutions – COI), vinculado ao Gabinete do Reitor e dá outras
1419 providências. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao item **2 - REAJUSTE**
1420 **SALARIAL 2023. 2.1 - PROCESSO 2023.1.5148.1.9 - UNIVERSIDADE DE**
1421 **SÃO PAULO.** Proposta de reajuste salarial para os salários dos servidores
1422 docentes e técnicos e administrativos da Universidade de São Paulo. Ofício do
1423 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior, à Secretária Geral,
1424 Prof.^a Dr.^a Marina Gallottini, solicitando providências a fim de que a Comissão de
1425 Orçamento e Patrimônio analise a proposta de reajuste de 10,51% para os
1426 salários dos servidores docentes e técnicos e administrativos da Universidade,
1427 a partir de 1º de maio, apresentada pelo Conselho de Reitores das Universidades
1428 Estaduais Paulistas (CRUESP) e que deverá ser apreciada pelo Conselho

1429 Universitário (19.05.23). Informação da CODAGE encaminhando um resumo
1430 com a estimativa do nível de comprometimento das receitas do Tesouro do
1431 Estado com a folha de pagamento em função do reajuste salarial em 2023, para
1432 subsidiar o trabalho da COP, no que se refere à análise e deliberação da
1433 proposta apresentada pelo CRUESP (19.05.23). **Parecer da COP:** aprova a
1434 proposta apresentada pelo CRUESP de reajuste salarial de 10,51% para
1435 docentes e servidores técnicos e administrativos da Universidade, a partir de 1º
1436 de maio de 2023 (19.05.23). **Cons.^a Maria Dolores Montoya Diaz:**
1437 **(Apresentação)** “Em relação a esse ponto, especificamente, a COP sempre tem
1438 uma preocupação de verificar se a proposta mantém a Universidade dentro dos
1439 parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira. Então, um pouco a ideia
1440 dessa apresentação é ser bastante breve, mesmo porque o Prof. Carlotti
1441 mencionou que a folha precisa ser rodada e depende da votação. Essa
1442 discussão é um contexto sobre quais variáveis foram analisadas e o cenário que
1443 foi construído e duas recomendações. Nessa introdução, se olharmos quais são
1444 os objetivos da Universidade, tanto os de longo prazo, em relação a alguns
1445 aspectos que vem sendo reforçados ao longo do tempo, então a ideia de garantir
1446 permanência estudantil é um pouco isso e está refletido na questão da própria
1447 PRIP, nas bolsas; também, a questão da contratação e valorização de servidores
1448 docentes e todo o plano de investimento que vem sendo elaborado e vem sendo
1449 executado. Por outro lado, na questão da sustentabilidade econômico-financeira,
1450 temos esse link estabelecido pela resolução, que é o teto máximo de 85% de
1451 liberações financeiras da cota parte recebida de ICMS pela USP com gastos com
1452 recursos humanos e dispor de reservas que permitam evitar crises financeiras.
1453 Então, para construção dessa avaliação, analisamos como tem sido a evolução
1454 do ICMS, a arrecadação despesa, se há déficit, se o critério está ou não sendo
1455 atendido e qual a expectativa e o impacto que a proposta tem sobre esse teto.
1456 Enfim, as estatísticas gerais da relação de despesas e receitas. Trouxe aqui uma
1457 evolução que é um gráfico sobre a evolução da arrecadação real do ICMS, um
1458 pouco para contextualizar o cenário para a realização da avaliação que foi feita.
1459 Então, note ali que temos quedas pronunciadas de arrecadação e é um pouco
1460 esse o contexto que vai balizar e aqui estou trazendo os dados que, inclusive
1461 estão no boletim que foi divulgado pela CODAGE hoje. Então, note que,
1462 considerando a média de janeiro a abril, temos uma queda de 7,51% da

1463 arrecadação comparativamente ao ano passado e 7,93% comparativa à Lei
1464 Orçamentária Anual - LOA. Normalmente, as nossas avaliações procuram
1465 sempre focar nos valores que estão previstos na LOA, mas esse quadro e o
1466 gráfico anterior é que balizaram a construção desse cenário para avaliar o
1467 impacto da proposta sobre um dos critérios, que é o teto máximo estabelecido
1468 de comprometimento em folha de pagamento. Assim, aqui são os dois valores
1469 que estão dentro dos quadrinhos, ou seja, a despesa com pessoal prevista para
1470 2023 e o item de repasses do tesouro, ou seja, essa relação que, obviamente,
1471 envolve valores previstos, chega ao valor 84,76%, que é próximo ao limite de
1472 85%, mas atende ao critério. Destaco que o ponto importante aqui são previsões.
1473 De forma que há critérios que foram utilizados e, nesse caso específico, as
1474 premissas dessas previsões, no caso da arrecadação, trabalhou-se com um
1475 valor (uma expectativa de arrecadação) de 4,25% abaixo do que está
1476 estabelecido na LOA. O que fundamentou isso foi exatamente os resultados que
1477 foram apresentados. Assim, a COP procurou olhar alguns cenários, inclusive da
1478 LOA, que era um pouco mais favorável, mas a lógica é termos um cenário, é a
1479 ideia de avaliarmos adequadamente, ou seja, pelo menos com as informações
1480 que temos - atualmente, quais riscos estariam envolvidos na proposta.
1481 Verificamos que nesse cenário, ainda assim, os limites estão sendo atendidos e
1482 outras variáveis foram incorporadas, como por exemplo, uma projeção de PIB
1483 de 2% e uma inflação de 4,5%. Nos cálculos, de onde vieram os 10,51%? São
1484 7,58% do IPC-FIPE de 14 meses e mais a correção da diferença existente no
1485 reajuste de 2019 que foi concedido 2,2% quando a inflação do período tinha sido
1486 4,98%. Lembrando que em 2019, estávamos ainda em um processo de
1487 recuperação; lembrando que todo período anterior, a Universidade vinha com
1488 déficit, então, naquele momento, optou-se por fazer uma correção abaixo, e
1489 agora se está recompondo as perdas daquele período não corrigidas. Foram
1490 incorporadas, nos valores previstos, as contratações para o ano, o plano de
1491 saúde, VA e VR. Enfim, com base em todo esse cenário, a COP aprovou a
1492 concessão de 10,51%, considerando o contexto e mantendo a recomendação
1493 de que se busque que a Universidade esteja sempre dentro das recomendações
1494 dos parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira, que se continue
1495 acompanhando todo o contexto e que se tenha um pouco de cautela, mas foi
1496 aprovada por atender todos os critérios. De forma que a COP recomenda a

1497 aprovação, por esse Conselho, do reajuste de 10,51%.” **M. Reitor:** “Como a
1498 Prof.^a Dolores comentou, não é uma decisão simples, porque temos variáveis
1499 internas, aquilo que gastaremos, ou seja, o que estamos dando de aumento e
1500 variáveis externas, que é a arrecadação do ICMS, que depende da economia,
1501 que depende da inflação, mas também depende da base de cálculo que o
1502 governo muda de acordo com suas necessidades. Como a Dolores falou,
1503 tivemos vários anos de déficit e, depois, saímos de déficit para um superávit
1504 importante nos anos de 2021-2022, tivemos superávit grandes. Não é bom ter
1505 déficit, mas (podem acreditar) não é bom ter superávit também, porque se você
1506 tiver muito superávit, alguém pode interpretar que você não está precisando de
1507 todo aquele aporte financeiro que está recebendo do Estado. Então, o ideal é
1508 ficarmos equilibrados. Há um dinheiro guardado, fizemos nossas reservas, mas
1509 ficar, ou no equilíbrio ou um pouquinho acima ou um pouquinho abaixo, esse é
1510 o ideal. Assim, conseguimos fazer o que precisamos, conseguimos fazer os
1511 investimentos, mas também não ficamos mostrando que o dinheiro que
1512 recebemos está acima de nossos gastos. Então, é isso que procuramos fazer
1513 com esse reajuste, a nossa previsão de chegarmos ao final do ano é chegarmos
1514 bem equilibrados, mais ou menos R\$ 130 milhões acima de déficit ou de
1515 superávit, mas bastante equilibrados e dentro de nossas reservas, R\$ 130
1516 milhões não representa um valor significativo para suportamos tranquilamente
1517 em caso de termos déficits. O ICMS, se vocês lembrarem da reunião que fizemos
1518 o ano passado, prevíamos uma diminuição de arrecadação de 7%, porque o
1519 governo tinha mudado a base de arrecadação dos combustíveis,
1520 telecomunicações e acho que de energia elétrica, se não me engano. Isso,
1521 provavelmente, no segundo semestre deve melhorar com a alíquota de gasolina
1522 subindo de 0,96 para 1,22, portanto já vai subir a arrecadação. Se espera que
1523 no segundo semestre a arrecadação seja melhor do que no primeiro semestre,
1524 por isso que hoje estamos em 6% e estamos finalizando o ano em torno de 3%,
1525 que é a previsão da Secretaria da Fazenda (previsão extraoficial) é que o ICMS
1526 do Estado termine o ano com R\$ 144 bilhões - atualmente, na LOA são de R\$
1527 150 bilhões. A nossa porcentagem é sempre baseada no total de ICMS, então o
1528 que procuramos? Manter o equilíbrio financeiro, ou seja, não ultrapassar os 85%,
1529 buscar o equilíbrio para que não tenhamos superávit nem déficit ao final do ano
1530 e fazer alguma recomposição, valorizando o nosso pessoal. Então, a inflação do

1531 ano de 2018, que não tinha sido completamente dada, tiramos aquelas duas
1532 aproximadamente e colocamos junto com a inflação dos últimos 14 meses. Por
1533 que 14 meses? Porque no ano passado nós adiantamos o dissídio, era em maio
1534 e fizemos em março, porque depois teríamos a Lei Eleitoral, portanto, se não
1535 fizéssemos em março, não poderíamos fazer o dissídio, assim, repusemos 14
1536 meses e mais os aproximadamente dois, que é maio de 2018 até abril de 2019,
1537 a diferença que teve. Como a Prof.^a Dolores comentou, quando começamos a
1538 trabalhar no limite, na busca pelo equilíbrio, precisamos ter cautela, podemos
1539 imaginar que sempre vamos poder fazer recomposição, que sempre vamos
1540 poder trabalhar dessa forma. Então, chegamos próximo a 84%, se vier a LOA,
1541 ótimo, isso baixa para 80%, como estamos prevendo que não vem a LOA,
1542 estamos trabalhando com o valor de 84%, assim, acho que a realidade vai ser
1543 entre 80 e 85% o nosso comprometimento da folha (não vou dizer sentimento,
1544 porque administrador e economista não têm sentimento), é uma percepção
1545 pessoal. Acho que foi uma decisão boa, foi uma decisão acertada entre as três
1546 Universidades. Não tenho resposta, ainda, do Fórum da Seis, não recebi nada
1547 ainda, não sei se eles mandaram para o Prof. Pasqual Barretti, da Unesp, ficaram
1548 de mandar, mas não sei se mandaram algum aceite. Comentei na reunião que
1549 depois do Co não haveria nenhuma mudança de decisão. O da UNICAMP era
1550 dia 30, o nosso é hoje, então esse item seria com valor de decisão final, não tem
1551 mais espaço para negociar." **Cons.^a Maria Dolores Montoya Diaz**: "Queria
1552 agradecer a todos os membros da COP que participaram dessa discussão que
1553 é sempre complexa e, em especial, ao pessoal da CODAGE, aqui na pessoa do
1554 Prof. João Maurício, sem o apoio da CODAGE nós certamente não teríamos
1555 produzido essa análise. **Cons. Marcelo Knörich Zuffo**: Na verdade estou
1556 trazendo um elemento a mais por uma circunstância: semana passada estive no
1557 Congresso Nacional em um lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da
1558 Indústria Eletrônica, na qual sou atuante. Fiquei muito preocupado, porque a
1559 pauta que realmente está movimentando o Congresso é a reforma tributária. E
1560 a reforma tributária prevê um 'cavalo de pau' no ICMS. O ICMS, que tem uma
1561 alíquota de 12%, em 7 anos eles pretendem reduzir a 2,5%. Havia vários
1562 senadores e vários deputados na frente parlamentar e todos eles afirmaram,
1563 categoricamente, que a pauta prioritária do Congresso é a reforma tributária em
1564 60 dias. Eu não estarei mais aqui, essa é uma das minhas últimas reuniões do

1565 Co, mas gostaria que os membros desse Colegiado prestassem muita atenção
1566 na reforma tributária, porque ela realmente pode trazer um impacto a essa
1567 Universidade no médio prazo. Vi os números e fiquei bem preocupado com a
1568 agressividade da redução dessa reforma e acho que carece atenção (descobri
1569 que vários colegas aqui são amigos de deputados), acho que vale a pena
1570 pensarmos o que isso pode trazer de risco e oportunidade para a Universidade.”

1571 **Cons. Reinaldo Santos de Souza**: “Vou expressar aqui o que discutimos na
1572 Assembleia do SINTUSP, que foi realizada na última sexta-feira, já com base no
1573 fato de que ia ter uma reunião do Conselho Universitário hoje. Em primeiro lugar,
1574 embora os 10,51% não seja aquilo que nós reivindicávamos como Fórum das
1575 SEIS, o qual apresentou na sua pauta de reivindicações o reajuste que nós já
1576 considerávamos como parte mínima da negociação o reajuste dos últimos 14
1577 meses, que já era o compromisso dos reitores desde o ano passado; mas nós
1578 apresentamos, também, na nossa pauta, a necessidade de reposição das
1579 nossas perdas, tendo como referência maio de 2012, que é o momento em que
1580 as três categorias das três universidades estavam com seus melhores salários.
1581 E, por essa pauta, a reivindicação era justamente repor essas perdas que, nos
1582 nossos cálculos, perfaziam necessidade de um reajuste de cerca de 25,5%. Na
1583 reivindicação, dividimos em duas vezes: seria 15,75% agora e 8% em outubro.
1584 Então 10,51% não representa essa reposição das perdas, no entanto, queria
1585 reivindicar, como parte de uma batalha que foi dada pelo Fórum das Seis na
1586 reunião de negociação que, ao contrário dos últimos anos, de fato se expressou
1587 como a reunião de negociação, porque nos últimos anos a prática era um
1588 anúncio do CRUESP e pronto. Dessa vez, houve o anúncio do CRUESP que, a
1589 princípio, era de 7,58%, boa parte da reunião foi dominada por essa proposta,
1590 mas, posteriormente, a partir das intervenções do Fórum das Seis, os reitores
1591 pediram intervalo, se reuniram e reapresentaram uma nova proposta que foram
1592 os 10,51%. Então, isso foi parte importante do Fórum das Seis e das entidades
1593 que fizeram parte da reunião, que contribuíram para esse avanço da proposta
1594 original, embora ela não represente, ainda, a nossa reivindicação. Na nossa
1595 assembleia - e já vou justificar aqui o nosso voto, o Professor Carlotti fez uma
1596 provocação na reunião de negociação, dizendo que eu ia defender
1597 enfaticamente os 10,51%, não vou fazer isso) deliberamos por abstenção na
1598 votação por dois critérios: o primeiro, é esse que estou falando, que temos

1599 perdas acumuladas significativas; e, segundo, é que desde sempre
1600 questionamos a metodologia que a USP e Unicamp adotaram de referendar os
1601 reajustes no Conselho Universitário, tendo em vista que isso enfraquece o
1602 espaço de negociação entre o CRUESP e o Fórum das Seis. Além disso,
1603 também é importante expressar uma outra questão, que embora na reunião de
1604 negociação e nos números aqui apresentados isso não ocorreu, porque aqui já
1605 foi retirada a previsão de comprometimento do gasto com o prêmio e a
1606 gratificação, nos números oficiais da planilha CRUESP, inclusive no boletim
1607 CODAGE que foi divulgado hoje, continua constando como parte dos gastos com
1608 folha, esse tema do prêmio da gratificação, o que confunde a comunidade.
1609 Porque, inclusive, no primeiro momento nós até pensamos que era uma forma
1610 de inflar os números para diminuir a proposta, depois, pelo menos, isso foi
1611 retirado na negociação, mas continua sendo publicizado dessa maneira e sem
1612 nenhum adendo. Então, queria expressar isso aqui. Também foi parte da
1613 discussão lá no Fórum das Seis, na negociação, uma diferença de compreensão,
1614 inclusive sobre como compor esse comprometimento, já que há uma
1615 compreensão da nossa parte de que é ilegal colocar como gastos com folha de
1616 pagamento alguns benefícios como Vale-Alimentação, Vale-Refeição e, agora,
1617 também no caso da USP, o Auxílio-Saúde, porque isso infla os números. Queria
1618 ainda dizer que, em relação aos repasses para Universidade, nós já
1619 denunciemos muitos anos a necessidade de reposição do repasse do ICMS
1620 daquelas exonerações que são feitas e, nesse momento, inclusive, o Estado tem
1621 recebido uma compensação da União por conta da desoneração, dos
1622 combustíveis etc., tem repassado isso para os municípios, mas não repassa para
1623 as Universidades. Então é uma questão importante que os reitores cobrassem,
1624 do Governo do Estado, esse repasse para as Universidades. Por fim, quero dizer
1625 que, além dessa questão das perdas de maio de 2012, está em nossa pauta de
1626 reivindicações, que nós vamos colocar agora na pauta específica, reivindicações
1627 importantes de valorização, principalmente dos salários mais baixos, dos
1628 funcionários de nível básico e, por isso, reivindicamos um valor fixo incorporado
1629 ao salário de R\$1.200,00. Dessa forma, já solicito, aqui, de antemão, que
1630 tenhamos o agendamento de uma reunião com a Reitoria da USP para discutir
1631 a nossa pauta específica, que vamos finalizar agora, no dia 30 de maio, e
1632 protocolar junto à Reitoria, já que também foi um dos encaminhamentos da

1633 reunião de negociação, que a questão do índice estava encerrada, mas que as
1634 demais questões da pauta específica seriam discutidas no âmbito interno das
1635 Universidades. Então, já deixa aqui, de antemão, essa solicitação do
1636 agendamento de uma reunião, após o dia 30 de maio, quando vamos fechar a
1637 pauta específica.” **Cons. Rodrigo Bissacot Proença:** "A primeira coisa que
1638 queria lembrar é que hoje é o dia que vários colegas estão recebendo a primeira
1639 parcela da gratificação, por isso quero aproveitar para agradecer mais uma vez
1640 essa iniciativa. Quero justamente comentar que isso foi aprovado de uma
1641 maneira até tranquila, só que antes disso, teve muita tensão entre os docentes,
1642 muitas pessoas duvidando, o que gerou um estresse muito grande para a
1643 aprovação. A partir disso, começou uma discussão entre os docentes se haveria,
1644 de fato, uma rejeição da ferramenta da gratificação em si e discute-se muito
1645 sobre isso. Queria comunicar que semana passada, antes do encontro do grupo
1646 de estudo sobre a carreira, que estamos trabalhando muito para avançar, nos
1647 modelos que conseguimos de outras universidades, onde, aliás, é muito comum
1648 um auxílio-educação e um auxílio-moradia. Várias universidades ao redor do
1649 mundo têm esse tipo de ferramentas e isso vai estar no documento do grupo de
1650 estudos que Professora Ana Lanna está coordenando. Estamos trabalhando
1651 fortíssimo para trazer um bom banco de dados do que as boas universidades ao
1652 redor do mundo fazem, elas realmente têm muitos auxílios. Então, na questão
1653 da gratificação, o que fizemos foi: antes da reunião do grupo de estudos,
1654 enviamos um *Google Forms* para algumas unidades, não chegamos nem a 500
1655 respostas, para ser mais exato, foram 460 respostas, só que a aprovação a essa
1656 ferramenta da gratificação foi 85% entre os docentes. É claro que tem um viés,
1657 na Poli muitas pessoas responderam, em outros lugares menos pessoas, mas
1658 isso é só para mostrar que, de fato, existe um indicativo forte de que não existe
1659 uma rejeição dos docentes na USP contra a ferramenta de gratificação em si. O
1660 que aconteceu foi que, como parte dos docentes não receberam, isso causou
1661 uma discussão se isso era justo ou não era justo. Já enviamos, nos fóruns da
1662 USP, alguns modelos, existem vários modelos, onde uma gratificação é feita
1663 para todos os ativos, em alguns modelos levam em conta os níveis da carreira,
1664 outros são mais igualitários, que dá um valor para todo mundo, mas eu queria
1665 destacar que esse tipo de ferramenta - tipo gratificação - ajuda muito a questão
1666 do salário líquido, porque de fato a pessoa vive seu dia a dia, que ela paga a

1667 escola do filho, que ela vai ao supermercado, então essa é uma questão que
1668 cada vez mais estamos fazendo um esforço grande para os docentes
1669 entenderem essa questão que você tem às vezes um desconto grande
1670 previdenciário de consumo, então você não tem nem a possibilidade de fazer
1671 alguma poupança ou alguma coisa para sua segurança no futuro. Então, não só
1672 a gratificação, como os vales, gostaria de citar que vários docentes me
1673 escreveram dizendo que eles esperavam que tivesse algum reajuste nos vales,
1674 tanto no Vale Alimentação como no Refeição. Na UNICAMP, existe uma taxa
1675 que os docentes pagam, lá está 5%, aqui na USP é 20%, isso talvez poderia ser
1676 uma ferramenta de ajeitar um pouco e dar um aumento nos vales, retirando essa
1677 taxa que pagamos aqui na USP e que na UNICAMP é bem menor. Assim, em
1678 relação aos auxílios, vales e gratificação, minha fala é no sentido de que, de fato,
1679 pelo que inferimos, há uma rejeição, como no primeiro momento se pensou a
1680 esse tipo de ferramenta, desde que todos os docentes de alguma forma
1681 recebam. O principal seria que vamos divulgar (a mais técnica vou deixar para a
1682 Professora Dolores e o Prof. Carlotti fazer), porque o objetivo da resolução foi
1683 evitar novos desequilíbrios, mas o próprio Professor Carlotti disse que não
1684 podemos ter muitas reservas e tudo mais. A resolução deveria levar em conta
1685 apenas os gastos permanentes e talvez alterar no futuro, de fato, a resolução.
1686 Se se quer criar um edital de incentivo, se quer fazer uma gratificação mais
1687 robusta ou fazer alguma coisa usando as reservas, então isso não deveria estar
1688 mais ou menos calculado dentro dos 85%, então isso é uma coisa que nós
1689 também discutimos bastante. E tem a aceitação que não se gaste todas as
1690 reservas apenas em infraestruturas e que os docentes também possam ter
1691 acesso a essa verba, seja via editais, gratificações e etc.." **Cons.^a Maria Dolores**
1692 **Montoya Diaz**: "Eu vou começar pela manifestação do Reinaldo. Na nossa
1693 avaliação do impacto sobre os 85%, prêmios e gratificações não foram
1694 incorporados, porque eles estão sendo pagos com recursos de superávit de anos
1695 anteriores. Acho que também contempla um pouco a questão do Reinaldo, ou
1696 seja, tanto o prêmio como a gratificação não entraram no calculado dos 85%.
1697 Assim, é um pouco a lógica de que se há superávit é possível fazer isso, então,
1698 nessa avaliação, especificamente naquela conta, não há nenhum dos dois.
1699 Ainda sobre a colocação do Reinaldo, a história da USP acabou mostrando que
1700 a forma de fazer essa discussão dos reajustes, tanto na COP como no Conselho

1701 Universitário, tem sido bem sucedida, ou seja, é uma maneira de fazer a
1702 discussão dentro do Conselho, exatamente, para garantir que os parâmetros
1703 sejam avaliados nas duas direções como destacou o Professor Carlotti. De forma
1704 que mantenho aqui a defesa da manutenção da votação e da discussão no Co.
1705 Acho que é aonde nós também enriquecemos e temos a oportunidade de trazer
1706 para a comunidade as várias perspectivas que estão colocadas e os desafios e
1707 poder compartilhar com todos e também ouvir sugestões. A questão do
1708 Professor Zuffo, sobre reforma tributária, sim, é um desafio e me parece ser um
1709 desafio bem importante que está sendo colocado sobre essa proposta. São
1710 várias as ideias que as pessoas têm sobre como deve ser um novo sistema
1711 tributário e que tipo de simplificação pode ser feita, de forma que me parece bem
1712 importante isso. Se não me engano até dentro do 'USP Pensa Brasil' tem
1713 pessoas que estão fazendo essa discussão, mas me parece que é um ponto que
1714 precisa ter muita atenção." **M. Reitor:** "A impressão que tenho é que o ICMS,
1715 obviamente, vai desaparecer, mas outro imposto vai surgir, não vai quebrar a
1716 Saúde, Educação, Segurança com o término do ICMS. Provavelmente virá o IVA
1717 Federal e o IVA Estadual. O desafio vai ser transformar a nossa porcentagem do
1718 ICMS em uma porcentagem no novo imposto. Sempre que se faz uma transição,
1719 alguém vai querer tirar um pouquinho do seu pedaço, então vai ser uma 'briga'
1720 política, uma argumentação política, mostrar que desde 1989 é um sucesso a
1721 política que tem sido feita em São Paulo, tanto é que temos a primeira, a segunda
1722 e a terceira Universidade do país no ranqueamento e na produção científica, de
1723 forma que seria muito ruim se o Estado optasse por não ter as três melhores
1724 universidades do Brasil. Penso que seria um contrassenso, não do só do
1725 Governo, mas do povo paulista, da inteligência paulista - vamos dizer assim. Eu
1726 confio que vamos conseguir convencer as pessoas na manutenção, não da
1727 porcentagem do ICMS, que provavelmente vai desaparecer, mas uma
1728 porcentagem sobre alguma coisa que reflita, em termos financeiros, o mesmo
1729 valor que recebemos hoje. É essa negociação que estamos tentando fazer com
1730 vários interlocutores e com o Governo do Estado principalmente. Em relação ao
1731 relatório, Reinaldo, concordo com vocês, acho que o relatório CODAGE tem que
1732 citar separado para não dar a impressão que estamos aumentando muito o
1733 pessoal às custas de dinheiro desse ano. Isso realmente traz dúvida e
1734 precisamos encontrar uma maneira de colocar um asterisco, alguma coisa e

1735 esclarecer que um índice é com uma fórmula e o outro índice é com outra. O
1736 objetivo aqui não é esconder nada, tudo que fizemos tem que estar bem claro
1737 para a sociedade, mas também não podemos deixar uma dúvida para as
1738 pessoas, senão elas vão olhar aquilo lá e vão achar que estamos gastando mais
1739 do que podemos. De forma que isso precisa ser corrigido sim, concordo com
1740 você.” **Cons. Daniel de Angelis Cordeiro**: “Essa é a primeira reunião do Co em
1741 que tenho a oportunidade de agradecer, em nome dos Professores Doutores, a
1742 implantação da gratificação de valorização, retenção e permanência. Gostaria
1743 de aproveitar o tópico de reajuste salarial para lembrar os membros do Conselho
1744 que é preciso fazermos um planejamento continuado de valorização e retenção
1745 dos docentes contratados nos últimos 20 anos. O reajuste salarial é uma
1746 necessidade de todos os docentes e precisamos continuar a recompor as perdas
1747 salariais que tiveram nos últimos anos, tal recomposição deve continuar a ser
1748 feita de forma responsável com o orçamento da Universidade, como está sendo
1749 feito agora, mas concomitantemente é preciso realizar um planejamento de
1750 longo prazo que permita aumentar o rendimento líquido do docente contratado
1751 após 2003, sem onerar as despesas com pessoal da Universidade. O orçamento
1752 da Universidade é finito e, só com aumento salarial, não vamos conseguir
1753 amenizar as desigualdades que existem hoje entre os docentes mais antigos e
1754 os que foram contratados dos últimos 20 anos. Agradeço pelos esforços da atual
1755 gestão reitoral em recompor os salários, pelo investimento na valorização e
1756 retenção dos mais jovens e pelo debate aberto sobre a carreira docente, de
1757 forma mais ampla, que tem sido realizado no GT conduzido pela PRIP, mas peço
1758 que esses esforços se transformem em uma política anual e uma política de
1759 longo prazo e não apenas uma ação pontual deste ano da Universidade.” **Cons.**
1760 **Samuel Ribeiro Filipini**: “Meu colega Reinaldo foi bastante contundente e
1761 contemplou bem a nossa necessidade. Então, quero manifestar à Reitoria a
1762 necessidade e a atenção da abertura das negociações das pautas específicas.
1763 Fazendo coro à necessidade da concessão do valor fixo de R\$ 1.200,00 e a
1764 discussão da pauta específica incorporando, também, o vale-refeição e o vale-
1765 alimentação.” **Cons.^a Bárbara Della Torre**: “A proposta que foi apresentada,
1766 ainda que acima da inflação, é insuficiente para recompor as perdas que, desde
1767 2012, como apresentada pelo Fórum das Seis, significa um recebimento de 18
1768 salários a menos nesse período para os funcionários e docentes dessa

1769 Universidade. Não é uma perda qualquer. De outro ponto de vista é ruim que os
1770 três Reitores, no CRUESP, não se proponham a discutir uma política de
1771 valorização para os básicos das três Universidades, como era a proposta de R\$
1772 1.200,00, que significaria um percentual maior nos menores salários. Então, isso
1773 é bastante ruim e tem um sentido que eu não sei se é claro para todo mundo,
1774 mas é importante ficar claro um sentido muito importante dessa reivindicação
1775 unificada para as três Reitorias, porque são três Universidades estaduais
1776 paulistas que dividem um orçamento público e que juntas são mais fortes para
1777 lutar pelo financiamento e o aumento do financiamento das Universidades. Nós
1778 estamos em uma situação particular aqui na Universidade, de superávit, como a
1779 Professora colocou. Esse superávit não veio à toa, não é simplesmente uma boa
1780 gestão que resolve um problema de superávit que gerou essa situação, ela é
1781 fruto de arrocho salarial, da falta de contratação, de superexploração do trabalho,
1782 sobrecarga de trabalho, adoecimento mental e uma série de situações que
1783 dificultam a vida dos trabalhadores e dos professores dentro da Universidade,
1784 não só da USP, mas da UNESP e da UNICAMP. Daí vem esse superávit, a
1785 política da gestão anterior da Reitoria, de aprovar um teto de gastos na
1786 Universidade, que são os parâmetros de sustentabilidade, colou bastante com o
1787 governo Temer golpista, que também aprovou o parâmetro de sustentabilidade
1788 nacionalmente e que se viu que não era possível gerir com aquela condição. O
1789 que o Reitor vem fazendo é avançar no processo de terceirização para não
1790 contratar todos os funcionários que são necessários e colocando mulheres e
1791 negros nas situações mais precárias. Essa é a política. Então, é daí também que
1792 vem o porquê que nós queremos continuar discutindo no CRUESP, porque
1793 passando essa situação de superávit, o que se verifica é uma situação de um
1794 financiamento insuficiente para a Universidade. Essa é a situação, porque por
1795 mais que estejamos em uma crise econômica, por mais que estejamos agora
1796 vendo o PT aprovar o novo arcabouço fiscal, que é um novo teto de gastos, a
1797 situação concreta das Universidades públicas é de sub financiamento, assim
1798 como da Educação e do conjunto e da Saúde. Aqui no nosso Estado, temos uma
1799 situação ainda pior, porque a extrema direita Bolsonaroista, representada pelo
1800 Tarcísio, está propondo diminuir 5% do orçamento da Educação. De forma que
1801 vamos precisar lutar pela manutenção e ampliação do financiamento, visto que
1802 as Universidades expandiram nesses últimos anos, desde a década de 80, e o

1803 orçamento continua 9,56%. Então, estou colocando essas questões para ver o
1804 porquê de nós estarmos reivindicando isso. Outra coisa, não é possível que não
1805 possamos discutir como é feito o orçamento da USP, o reajuste salarial, a
1806 valorização de quem constrói essa Universidade, para ela ser de excelência,
1807 mantendo os parâmetros de sustentabilidade que é todo um parâmetro que faz
1808 a COP vir aqui, fazer uma apresentação que justifica o arrocho salarial, porque
1809 10% é arrocho. Então, coloco essas considerações, somo-me aos companheiros
1810 que falaram que é preciso negociar os R\$ 1.200,00, para valorizar, de fato, os
1811 setores que ganharam menos dentro da Universidade. Inclusive, para ficar claro
1812 os funcionários administrativos básicos, em 2012, ganhavam três salários
1813 mínimos e hoje eles ganham um salário e meio. Então, somo-me aos
1814 companheiros no sentido de que é preciso abrir, urgentemente, a negociação da
1815 pauta específica, que é onde se discute o aumento do VA e do VR, tirá-los da
1816 alínea de salários e seguir podendo discutir, abertamente, com a comunidade o
1817 que fazer com esse superávit. Não está correto que seja o Conselho Universitário
1818 que faça essa discussão. Por fim, venho aqui fazer uma crítica ao Reitor que
1819 esse mecanismo de, simplesmente, fazer uma reunião na quinta-feira e na
1820 segunda seguinte aprovar aqui no Conselho, sem a menor possibilidade de
1821 reabertura de negociações conjuntas é um método bastante antidemocrático,
1822 também, de seguir os negócios com sindicatos.” Palmas. A seguir, o **M. Reitor**
1823 passa à votação do **item 2 – Reajuste Salarial 2023**. Pelo painel eletrônico
1824 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 101 (cento e um) votos; Não = 0 (zero)
1825 voto; Abstenções = 1 (um) voto; Total de votantes = 102 (cento e dois). É
1826 aprovado o parecer da COP, favorável à proposta apresentada pelo CRUESP
1827 de reajuste salarial de 10,51% para docentes e servidores técnicos e
1828 administrativos da Universidade, a partir de 1º de maio de 2023. A seguir,
1829 encerradas as inscrições, o **M. Reitor** passa ao item **Palavra aos Senhores**
1830 **Conselheiros. Cons.^a Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto**: “O
1831 tema que trago aqui hoje diz respeito a uma reivindicação dos funcionários e
1832 funcionárias da minha Unidade, a Faculdade de Educação, relativamente ao
1833 Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos. Foi recordado pelo
1834 segmento dos funcionários que durante a campanha, a atual gestão Reitoral teria
1835 proposto a retomada da avaliação da carreira, tendo inclusive realizado o
1836 processo de eleição para nova composição da Comissão Central de Recursos

1837 Humanos da USP. A categoria dos funcionários da Faculdade de Educação e da
1838 Universidade, de maneira geral, foi penalizada com perdas salariais com a não
1839 incorporação de verba resultante do exercício das funções, o congelamento da
1840 contagem de tempo para aquisição dos quinquênios e sexta parte, e a
1841 precariedade de uma política de carreira. A última oportunidade de progressão
1842 que foi conferida aos funcionários, como todos sabemos, data de 2013. A
1843 categoria dos funcionários reivindica, então, um plano permanente calcado em
1844 critérios objetivos, que apresentam alguma previsibilidade de carreira, em um
1845 fluxo que não implique em competição entre colegas. Por tudo isso, os
1846 funcionários da Faculdade de Educação desejam que haja participação dos
1847 funcionários no estabelecimento das diretrizes dessa avaliação que ocorrerá. O
1848 movimento dos funcionários solicita, então, uma reunião da CCRH, com seus
1849 representantes legitimamente eleitos, coisa que, salvo engano, ainda não
1850 aconteceu. Entendemos que ao invés de uma empresa contratada para a
1851 elaboração de uma proposta de carreira, o que seria mais construtivo, mais
1852 produtivo, seria a construção de um plano que partisse da comunidade e que
1853 pudesse ser composto por representações legitimamente eleitas. A categoria
1854 dos funcionários da Faculdade de Educação indaga à Reitoria sobre a
1855 contratação da empresa que estudará a carreira na USP. Qual seria o escopo
1856 da solicitação da empresa contratada para elaboração da proposta de carreira e
1857 qual seria o prazo estabelecido para entrega. Essa proposta será discutida e
1858 avaliada e, se necessário, modificada pelas Comissões com representações
1859 eleitas? O CTA da nossa Faculdade, reunido em 11 de maio, endossou o
1860 documento em que funcionárias e funcionários da FEUSP expressavam sua
1861 manifestação. Finalmente, gostaria de lembrar que há falta de funcionários nas
1862 Unidades por razões da controvérsia jurídica, ainda não recebemos os claros
1863 que nos foram destinados e, mesmo considerando esses, continuam a existir
1864 setores que estão com uma enorme falta de funcionários. Por causa disso eu
1865 pedirei ao Senhor Reitor que libere, assim que possível, os claros dos
1866 funcionários que se aposentaram neste primeiro semestre, ainda neste ano de
1867 2023. Penso que essa realidade da Faculdade de Educação pode ser análoga à
1868 de inúmeras outras Unidades.” **Cons. Rodrigo Bissacot Proença**: “Nessa
1869 consulta que fizemos com os docentes na semana passada foi colocado um item
1870 semelhante a essa questão da proposta dos colegas servidores técnicos e

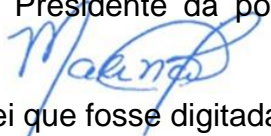
1871 administrativos a respeito do aumento em valor fixo. Então, quero lembrar duas
1872 coisas. No passado nós já procuramos chamar pessoas por vias jurídicas para
1873 analisar se isso é possível ou não, e a nossa compreensão é negativa. Reajustes
1874 de valor fixo não são possíveis, só que dentro de uma reestruturação, de alguma
1875 outra coisa de fato nós não sabemos mesmo assim há pessoas que dizem que
1876 não. O que foi feito foi um questionário para saber o quanto isso tem aceitação
1877 entre os docentes ou não e a aceitação foi bem alta. Então, digamos que pelo
1878 que sondamos, entre os docentes é uma rejeição a buscar ferramentas para que
1879 sejam feitos reajustes ou digamos, diminuam-se as assimetrias da folha de
1880 pagamento. Outra coisa é que também vai aparecer, depois, o documento que
1881 virá do Grupo de Estudos da Carreira, é essa questão de que a USP nunca
1882 conseguiu fixar o cronograma de progressões, igualmente fazem todas as outras
1883 Universidades. Então, tem uma progressão e aí não se sabe quando terá outra
1884 e, às vezes, acontecem problemas, as pessoas ficam chateadas e na esperança
1885 que aconteça outra progressão e ela não vem. Então, isso é uma coisa que os
1886 docentes, principalmente os que se sentiram injustiçados na última avaliação, de
1887 tempo em tempo escrevem e solicitam que nós consigamos, de alguma maneira,
1888 institucionalizar o processo deixando uma regra que, de tempos em tempos, a
1889 progressão seja feita. Até onde pude averiguar não temos essa informação. O
1890 último ponto, que eu considero muito importante, é a assimetria na carga didática
1891 docente. Então, às vezes, recebo relato de um colega que passou em concurso
1892 para professor titular em outra Unidade. São Carlos, por exemplo, o docente
1893 chegou e está com três turmas da disciplina de Cálculo com 75 alunos cada.
1894 Então, desculpe a franqueza mais isso é carga didática de *teaching position*. Nos
1895 Estados Unidos quem vai dar três turmas de 80 alunos é aquele Professor que,
1896 sabidamente, não irá pesquisar. Acho que é um problema bastante grave e,
1897 infelizmente, está um pouco esvaziado o Co neste momento, mas essa coisa de
1898 nós termos Unidades, inclusive com programas de pós-graduação de conceito
1899 seis ou sete e atribuir três turmas de 80 pessoas ao docente, você está matando
1900 a pesquisa dele. Isso não tem muita discussão, é humanamente impossível a
1901 pessoa dar conta disso. Então, essa é uma informação que tem chegado dos
1902 docentes, de tempos em tempos, e não tenho trazido aqui porque sempre há
1903 outras demandas prioritárias. O pedido que deixo dos colegas para a
1904 administração é no sentido de encontrar uma solução na questão da distribuição

1905 das aulas, porque o resultado da pesquisa não será o mesmo quando o docente
1906 tem um número elevado de turmas. Realmente isso está prejudicando vários
1907 docentes.” **Cons. Reinaldo Santos Souza:** “Algumas outras questões. Primeiro
1908 fazendo coro e agradecendo a Professora Carlota pela carta lida ao plenário das
1909 funcionárias e funcionários da Faculdade Educação. Quero reforçar a questão
1910 da necessidade de discutir a carreira dos funcionários, foi de fato uma promessa
1911 da atual gestão fazer essa progressão. Mas, para além da progressão horizontal
1912 que é um processo mais pontual, há a necessidade de uma rediscussão de uma
1913 carreira que seja previsível no tempo. Nós estamos há 10 anos sem nenhuma
1914 progressão na carreira, mas há a necessidade de se discutir a fundo uma carreira
1915 que não dependa de competição entre as pessoas. A carreira deve ter critérios
1916 e objetivos que quem atingir atingi-los possa ter uma progressão sem competir
1917 com um colega. Acho que são questões que devemos discutir. Mas, o que nos
1918 causa preocupação é que sabemos que a Reitoria contratou uma empresa para
1919 apresentar uma proposta, mas até agora não fez a discussão com as
1920 representações eleitas de funcionários e funcionárias, no caso, através da
1921 CCRH, ou mesmo da COPERT ou de outro espaço. Então, reforçamos essa
1922 reivindicação de que seja discutido com os representantes da categoria. Quero
1923 também aproveitar a palavra para cumprimentar os trabalhadores dos navios do
1924 Instituto Oceanográfico, que estão sofrendo um ataque com ameaça de
1925 demissão, inclusive a forma como foi dito a eles e que estavam demitidos.
1926 Depois, a partir da nossa mobilização descobrimos que não era exatamente uma
1927 demissão sumária, mas uma notificação. De qualquer maneira há um risco de
1928 demissão de trabalhadores que estão há muitos anos trabalhando nesses
1929 navios. Estamos em discussão com a Reitoria, que foi fruto, inclusive, dessa
1930 mobilização que os trabalhadores de lá fizeram, com a Procuradoria Geral e a
1931 CODAGE, mas, queria reforçar aqui saudando essa luta, em defesa dos
1932 empregos desses trabalhadores que não tiveram nenhuma responsabilidade
1933 sobre eventuais irregularidades na forma do contrato. E chama a atenção que,
1934 inclusive, a previsão é que eles sejam punidos com uma eventual demissão e
1935 não há nenhuma previsão de punição a ninguém que, eventualmente, tenha
1936 cometido essas irregularidades. Então, é necessário ter todos os esforços
1937 concentrados agora, para manter esses empregos que são fundamentais,
1938 também, para o próprio Instituto Oceanográfico, como a própria Congregação do

1939 Instituto já reforçou em uma reunião extraordinária que fez e que aprovou um
1940 documento em apoio à manutenção desses empregos. Destaco, por fim, que na
1941 última semana, a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, PRIP, promoveu
1942 uma Semana de Saúde Mental na Universidade. Eu já falei sobre isso em alguns
1943 outros momentos e reforço agora que, particularmente, entre funcionários e
1944 funcionárias também é um problema bastante grave. Inclusive, uma parcela
1945 significativa, salvo engano, já deve ser a maior causa, mas a última vez que
1946 tínhamos um estudo sobre isso era a segunda maior causa de afastamentos de
1947 funcionários e funcionárias, estava relacionado a questões de adoecimento
1948 mental, e certamente a pandemia aprofundou esses problemas. Temos uma
1949 questão específica, também, que é a forma como os trabalhadores e
1950 trabalhadoras são tratados em muitos momentos, as dificuldades que se
1951 encontram na política de gestão dos recursos humanos da Universidade. Então,
1952 recebemos nessa semana um relato de uma trabalhadora do HRAC, agora HCB,
1953 que pediu exoneração por que ela não conseguiu um pedido de afastamento de
1954 dois anos, sem vencimento, por questões pessoais. Ela conseguiu aprovação de
1955 seu pedido na Unidade, contudo ele foi negado quando chegou aqui nos Órgãos
1956 Centrais. Este é um exemplo que temos, dentre vários, que com certeza deve
1957 ter na Unidade. São as dificuldades que nós temos às vezes de política de
1958 transferência, além de questões mais gerais que atinge o conjunto da categoria.
1959 O montante de horas que as pessoas têm para compensar todo ano, por conta
1960 das pontes e dos recessos que é uma reivindicação que nós sempre trazemos.
1961 Então, é importante que tenhamos uma política específica, também. É claro ser
1962 fundamental que tenhamos uma política para tratar do adoecimento mental dos
1963 estudantes, mas também para docentes e funcionários que muitas vezes está
1964 cruzada por essas questões de RH, e a PRIP, infelizmente, não é o espaço para
1965 essa discussão pelo menos no que diz respeito às questões trabalhistas e eles
1966 próprios, já normalmente se abstêm de fazer essa discussão nesse âmbito. O
1967 último comentário eu quero denunciar os problemas que temos tido no HCB de
1968 Bauru com a FAEPA que tem, muitas vezes, se sobreposto aos funcionários que
1969 têm vínculo com a USP e às vezes até por desrespeito ao acordo coletivo de
1970 trabalho.” **Cons.ª Bárbara Della Torre**: “Ainda sobre isso que o Reinaldo
1971 colocou no final de sua fala, em relação à trabalhadora que pediu exoneração
1972 por não ter conseguido a liberação para sua licença não remunerada de dois

1973 anos. É importante destacar que ela estava de licença maternidade com
1974 questões particulares em relação à criação do filho, que tinha acabado de
1975 nascer. O pedido dela foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do HRAC e
1976 quando chegou aqui na Reitoria, a manifestação do Reitor foi dizendo que traria
1977 prejuízo para a instituição gestora, a FAEPA, e pelos serviços prestados pelo
1978 Hospital das Clínicas de Bauru. Então, levou uma funcionária que acabara de
1979 ser mãe a ter que pedir exoneração por não ser liberada para um direito que
1980 todos nós temos aqui, que é a licença de dois anos não remunerável. Quero
1981 colocar algumas outras coisas também. Foi publicada uma Circular, no Hospital
1982 Universitário, descrevendo que para não ocorrer um benefício duplo, os exames
1983 custeados hoje pelo Hospital nos quais não há condições de ser realizado por
1984 eles e que atualmente se entrega uma guia de pedido e é possível fazer esse
1985 exame em outro lugar como, por exemplo, uma ressonância magnética para que
1986 isso não seja considerado um benefício duplo para quem tem o auxílio-saúde
1987 não vai mais poder fazer isso. Tem um primeiro problema nessa questão: o
1988 direito a fazer um exame como o de ressonância não é um benefício, é um direito
1989 à saúde que até a instituição do auxílio-saúde nós tínhamos todos de graça aqui
1990 dentro da Universidade e cada vez mais veio se restringindo por falta de
1991 orçamento, por uma política decidida de desmonte e privatização do Hospital,
1992 como nós vimos no ápice do HRAC que foi a passagem para mão de uma
1993 organização privada. Então, não é um direito. O segundo problema é que, por
1994 hora, se mantém a possibilidade de quem tem o auxílio-saúde marcar consultas,
1995 ou fazer outros exames, dentro do hospital essa já é uma indicação bastante
1996 clara de que isso pode ser que não permaneça. Inclusive, nós não esquecemos
1997 que na primeira reunião que fizemos com o Professor responsável pela
1998 implementação do auxílio-saúde, ele disse que quem tivesse o auxílio não teria
1999 continuidade de acesso ao Hospital Universitário. Depois, tiveram que retroceder
2000 dessa medida, mas deixou um alerta no sentido de que o Hospital Universitário
2001 será utilizado cada vez menos pela comunidade USP. Por fim, quero destacar
2002 que está circulando um 'Manifesto contra a precarização do trabalho e a
2003 uberização' encabeçado por professores, juristas, parlamentares e entidades
2004 sindicais. É um Manifesto nacional muito importante contra a precarização do
2005 trabalho, a gente vem materializando esse manifesto na campanha pelo direito
2006 que as terceirizadas e os terceirizados desta Universidade tenham acesso ao

2007 cartão do BUSP. Todo mundo tem: os estudantes, os professores e os
2008 funcionários. As terceirizadas não tem, justamente elas que ganham os menores
2009 salários e tem que transitar dentro da Universidade. Grande parte ou vem pelo
2010 metrô Butantã, ou pelo trem ou caminhando das comunidades próximas. Elas
2011 têm que caminhar às 5h manhã sozinhas, no escuro, e não podem pegar o
2012 ônibus gratuitamente como todo mundo aqui da USP. Então, isso mostra que se
2013 mantém a segregação e o racismo também nessas pequenas coisas, que pouco
2014 onerariam a Universidade e muito mudaria a vida dessas trabalhadoras. Isso é
2015 só um exemplo do que o manifesto vem combatendo de desigualdade entre os
2016 trabalhadores, de diminuição de direito. Coloco aqui para que toda a comunidade
2017 USP faça parte dessa campanha, se manifeste, apoie, assine o manifesto contra
2018 a terceirização e vamos sim infernizar a vida de todo mundo que ache que é
2019 normal que as terceirizadas, os negros e as pessoas mais pobres dentro da
2020 Universidade tenham uma situação tão discrepante como vemos nesse caso,
2021 que não vai resolver toda a vida das trabalhadoras, mas é uma sinalização
2022 bastante importante. Seria, inclusive, muito bom que o Reitor e a Vice-Reitora
2023 pudessem se manifestar do porquê as terceirizadas não podem utilizar o BUSP
2024 dentro dessa nossa Universidade.” **Cons. Samuel Ribeiro Filipini:** “Não
2025 querendo ser repetitivo, mas sendo necessário fazê-lo, quero me manifestar
2026 fazendo uma denúncia à necessidade da solicitação de exoneração da
2027 companheira, a funcionária do HC de Bauru. Na sua solicitação ela pretendia,
2028 por direito, um afastamento não remunerado, mas houve uma atitude machista,
2029 até superior à decisão do Conselho Deliberativo do HRAC, que aprovou o
2030 afastamento da funcionária. Quero também fazer jus à manifestação de apoio
2031 aos funcionários do navio do Instituto Oceanográfico, conforme disse o Reinaldo.
2032 Gostaria, também, de fazer coro à importante manifestação feita pela Professora
2033 Carlota e, imediatamente, pedir o empossamento das representantes eleitas
2034 para Comissão de Recursos Humanos, pela CCRH, que até hoje não foram
2035 empossadas nos seus mandatos para que possa ser negociado e discutido o
2036 plano de carreira dos servidores técnicos e administrativos da Universidade de
2037 São Paulo”. **Cons. Daniel de Angelis Cordeiro:** “Os Representantes dos
2038 Professores Doutores criaram uma lista de discussões nos mesmos moldes das
2039 listas de discussões Professores Associados e Titulares. Então, eu convido
2040 todos os Professores Doutores da Universidade a se inscrevam na lista de

2041 discussões: professoresdoutores@listas.usp.br. Nós vamos divulgar essa lista
2042 para todos.” **Cons. Moacir de Miranda Oliveira:** "Primeiro, quero parabenizar
2043 a Reitoria pelo encaminhamento. Acho que tivemos uma tarde muito importante
2044 na questão salarial. Mas acho que avançamos hoje em termos de políticas de
2045 ações afirmativas no nível dos docentes e dos servidores técnicos e
2046 administrativos. E gostaria de dar um depoimento. Em 2006, quando fiz o
2047 concurso para a Universidade de São Paulo e fui aprovado, fui fazer o exame
2048 médico. Quando cheguei para fazer o exame, achei que estava tudo em ordem,
2049 devidamente aprovado, porque sempre gozei de boa saúde. Mas o médico me
2050 chamou e disse que havia um problema na minha ficha. Perguntei qual era o
2051 problema e ele disse que eu havia marcado que era negro. Respondi que era
2052 isso mesmo, pois me sinto negro. Ele insistiu dizendo que eu era branco e me
2053 perguntou se eu queria de fato entrar na Universidade. Obviamente, não deixaria
2054 de entrar por causa de um idiota de um médico que quer me obrigar a assumir
2055 uma condição que não me sinto confortável. Essa ficha deve existir até hoje,
2056 acabei marcando branco entrei na USP. Episódios desse tipo a gente vive a vida
2057 inteira, ou ainda vai viver. Gostaria que não acontecesse isso com as futuras
2058 gerações. Hoje tivemos uma boa discussão, entendendo as reclamações dos
2059 companheiros de luta, mas temos que reconhecer que demos um passo
2060 gigantesco, pelo qual quero parabenizar a Reitoria e o Conselho Universitário
2061 por essa iniciativa. Parabéns.” Palmas. **M. Reitor:** “Resta-me pedir desculpas
2062 em nome da Universidade por esse fato, não conhecia, você nunca tinha me
2063 contado isso, mas é para vocês verem como que as coisas funcionam. Então,
2064 acho que não foi pequeno o passo que nós demos. Espero que um dia alguém
2065 reconheça. Pode ter sido insuficiente, mas acho que foi significativo. Obrigado
2066 pela presença de todos, um abraço e boa semana para vocês.” **Vice-Reitora:**
2067 “Muito obrigada!” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por
2068 encerrada a reunião, às 17h09. Do que, para constar, eu, ,
2069 Prof.ª Dr.ª Marina Gallottini, Secretária Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada
2070 esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão
2071 em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 22 de maio de
2072 2023.